

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
MBA EM CONTROLADORIA E FINANÇAS

AMANDA RADAVELLI

O GERENCIAMENTO DA POLÍTICA DE RISCO DE CRÉDITO:  
ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

BENTO GONÇALVES

2014

Amanda Radavelli

O GERENCIAMENTO DA POLÍTICA DE RISCO DE CRÉDITO:  
ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Controladoria e Finanças

Orientador: Prof. Ms. João Batista Zanluchi

Bento Gonçalves

2014

Bento Gonçalves, 25 de agosto de 2014.

Considerando que o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) aluno(a) Amanda Radavelli encontra-se em condições de ser avaliado, recomendo sua apresentação oral e escrita para avaliação da Banca Examinadora, a ser constituída pela coordenação do Curso de MBA em Controladoria e Finanças.

---

Prof. Ms. João Batista Zanluchi,  
Professor(a) Orientador(a).

*Dedico esta conquista aos meus pais  
Airton e Janete, ao meu irmão Alex e ao  
meu namorado Luan, que me apoiaram e  
estiveram presentes em todos os  
momentos, me apoiando e incentivando  
para que eu concluísse mais essa etapa  
da minha vida!*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a DEUS por iluminar o meu caminho, ao longo do MBA, nos momentos difíceis, e por colocar pessoas especiais na minha vida que contribuíram para o meu sucesso.

Aos meus pais Airton e Janete por todo apoio, amor, carinho e dedicação, por me apoiarem nas minhas decisões, pela ajuda deles para que conseguisse realizar meus sonhos, por me compreenderem nos momentos que fiquei ausente, pois sempre me ensinaram a seguir o melhor caminho, dando forças para eu alcançar essa conquista, e ao meu irmão Alex pelo apoio e compreensão.

Ao meu namorado Luan por me animar nos momentos de angústia, pelo carinho e compreensão que teve nos momentos em que fiquei ausente para estudar, obrigada por tudo amor!

Agradeço em especial ao meu orientador Professor João Batista Zanluchi, pelo apoio recebido na elaboração deste trabalho, através de seus ensinamentos, dedicação e sua imensa atenção em todos os momentos que precisei de ajuda para chegar até o final do trabalho.

A todos os professores do MBA em Controladoria e Finanças, os quais desde o início do curso me estimularam sempre a buscar mais conhecimento, através de seus ensinamentos.

A todos os colegas e amigos que fiz ao longo do curso e que, de uma forma ou de outra, tornaram esta caminhada mais leve, em especial as minhas amigas Jamile, Tamara e Edna que sempre estiveram presentes em todos os momentos de trabalhos em grupo e proporcionaram uma eterna amizade.

As colegas de trabalho Elisângela e Roberta em especial, e a todos os demais colegas que me auxiliaram, pelo apoio, dedicação e compreensão, por fornecer os dados que precisei para que fizesse meus trabalhos baseada em dados da instituição.

Finalmente agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

*“Onde quer que você veja um negócio de sucesso,  
pode acreditar que ali houve um dia uma decisão  
corajosa”.*

**Peter Drucker**

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Inadimplência de crédito .....   | 15 |
| Figura 2 – Evolução do número de cooperativas de crédito no Brasil, entre 1940 e junho de 2008..... | 26 |
| Figura 3 – Itens avaliados para classificação do risco de crédito.....                              | 51 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Entrevistas.....                  | 46 |
| Quadro 2 – Tipos de garantia.....            | 55 |
| Quadro 3 – Fatores do risco de crédito ..... | 62 |



## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Crédito em relação ao PIB (%) .....                 | 33 |
| Gráfico 2 – Crédito ao setor privado em relação ao PIB (%)..... | 34 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Evolução do crédito no Brasil .....   | 24 |
| Tabela 2 – Distribuição do total de operações de crédito na área bancária do sistema financeiro (em %) ..... | 27 |
| Tabela 3 – Classificação de risco e níveis de provisionamento .....  | 40 |
| Tabela 4 – Período de atraso e sua respectiva classificação de risco .....                                   | 41 |
| Tabela 5 – Composição da carteira de crédito .....   | 55 |
| Tabela 6 – Assertividade e inadimplência das operações.....  | 57 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |  |
|------------|--|
| ANCOSOL    | Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito e Economia Familiar e Solidária |
| BACEN      | Banco Central do Brasil  |
| BANCOOB    | Banco Cooperativo do Brasil  |
| BANSICREDI | Banco Cooperativo Sicredi S/A  |
| BCB        | Banco Central do Brasil  |
| BNDES      | Banco Nacional de Desenvolvimento  |
| CMN        | Conselho Monetário Nacional  |
| COPOM      | Comitê de Política Monetária   |
| COPOM      | Comitê de Política Monetária   |
| CPF        | Cadastro de Pessoas Físicas – Receita Federal do Brasil                          |
| CUNA       | Credit Union Nacional Association  |
| EUA        | Estados Unidos   |
| GNPJ       | Gerente de Negócios Pessoa Jurídica  |
| GPS        | Guia da Previdência Social   |
| INSS       | Ministério da Previdência Social   |
| IPCA       | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo                                    |
| IPEA       | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada   |
| IPEADATA   | Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                        |
| PF         | Pessoa Física  |
| PIB        | Produto Interno Bruto  |
| PJ         | Pessoa Jurídica  |
| PMEs       | Pequenos e Médios Empresários  |
| SCR        | Sistema de Informação de Crédito – Banco Central do Brasil                       |
| SER        | Serviço de Economia Rural  |
| SERASA     | Órgão de Centralização de Serviços dos Bancos                                    |
| SFN        | Sistema Financeiro Nacional  |
| SICOOB     | Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil                                     |
| SICREDI    | Sistema de Crédito Cooperativo   |
| WOCCU      | Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito                                     |

## RESUMO

O estudo teve como propósito analisar o gerenciamento da Política de Risco de Crédito em uma Instituição Financeira brasileira situada na região Sul, descrevendo e avaliando as variáveis da política de risco de crédito, avaliando a carteira de concessão de crédito para entender e evidenciar quanto a Instituição é assertiva em sua análise de risco para concessão de crédito. A metodologia adotada foi a pesquisa aplicada, com o método qualitativo, de caráter exploratório, através de um estudo de caso, utilizando a estratégia de estudo de campo e entrevistas para coleta de dados. O resultado obtido da pesquisa comprovou que a instituição financeira XYZ é assertiva na classificação de risco de crédito da maioria das operações conforme comprovado na amostra de dados e entrevistas realizadas, seu índice de inadimplência é considerado baixo. Foram identificadas algumas variáveis que podem causar a inadimplência de crédito, por fim após verificar a assertividade da instituição e elencar as variáveis de risco foram propostas sugestões para melhorar o processo de classificação do risco das operações efetuadas pela instituição, onde as principais foram exigir a obrigatoriedade de avalista idôneo com capacidade de pagamento em todas as operações, ponderar na pontuação do risco fatores externos que podem afetar a adimplência da operação e fazer uma análise mais criteriosa dos documentos que comprovam capacidade de pagamento.

**Palavras-chave:** Gestão de crédito. Risco de crédito. Política de crédito. Assertividade.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>14</b> |
| 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....  | 15        |
| 1.2 OBJETIVOS .....   | 18        |
| <b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....   | <b>18</b> |
| <b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....  | <b>18</b> |
| 1.3 JUSTIFICATIVA .....   | 18        |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....  | <b>21</b> |
| 2.1 CRÉDITO NO BRASIL .....   | 21        |
| <b>2.1.1 O Setor de Crédito nas Cooperativas</b> .....  | <b>25</b> |
| 2.2 CRÉDITO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....  | 29        |
| 2.3 MODELO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO .....  | 35        |
| <b>3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS</b> .....  | <b>44</b> |
| 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....   | 44        |
| 3.2 DEFINIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE.....  | 46        |
| 3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS .....   | 46        |
| 3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS .....  | 48        |
| 3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....   | 48        |
| <b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....   | <b>51</b> |
| 4.1 A EMPRESA XYZ .....   | 51        |
| 4.2 PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE CONTROLE DA POLÍTICA DE CRÉDITO .....   | 52        |
| 4.3 VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS PARA O CONTROLE DE RISCO DE CRÉDITO  | 53        |
| 4.4 CARTEIRA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO DE CLIENTES ADIMPLENTES E<br>INADIMPLENTES .....   | 56        |
| 4.5 ASSERTIVIDADE DO PROCESSO .....   | 57        |
| 4.6 ANÁLISE GERAL E SUGESTÕES PARA O CASO.....  | 62        |
| <b>5 CONCLUSÃO</b> .....  | <b>64</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | <b>67</b> |
| <b>ANEXO A – ORGANOGRAMA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL</b> .....  | <b>71</b> |
| <b>ANEXO B – META SELIC, META DE INFLAÇÃO, IPCA ACUMULADO EM DOZE<br/>MESES E EXPECTATIVA DE INFLAÇÃO PARA DOZE MESES (MAIO/2007 - SET.<br/>2013)</b> ..... | <b>72</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>ANEXO C – TAXA DE INADIMPLÊNCIA DO SFN – SÉRIE NOVA E SÉRIE ANTIGA (ABR/2008 – JUL/2013).....</b> | <b>73</b> |
|--|-----------|

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito analisar o gerenciamento da Política de Risco de Crédito em uma Instituição Financeira brasileira situada na região Sul, para entender e evidenciar quanto a Instituição é assertiva em sua análise de risco para concessão de crédito.

Segundo Silva (2013, p. 29),

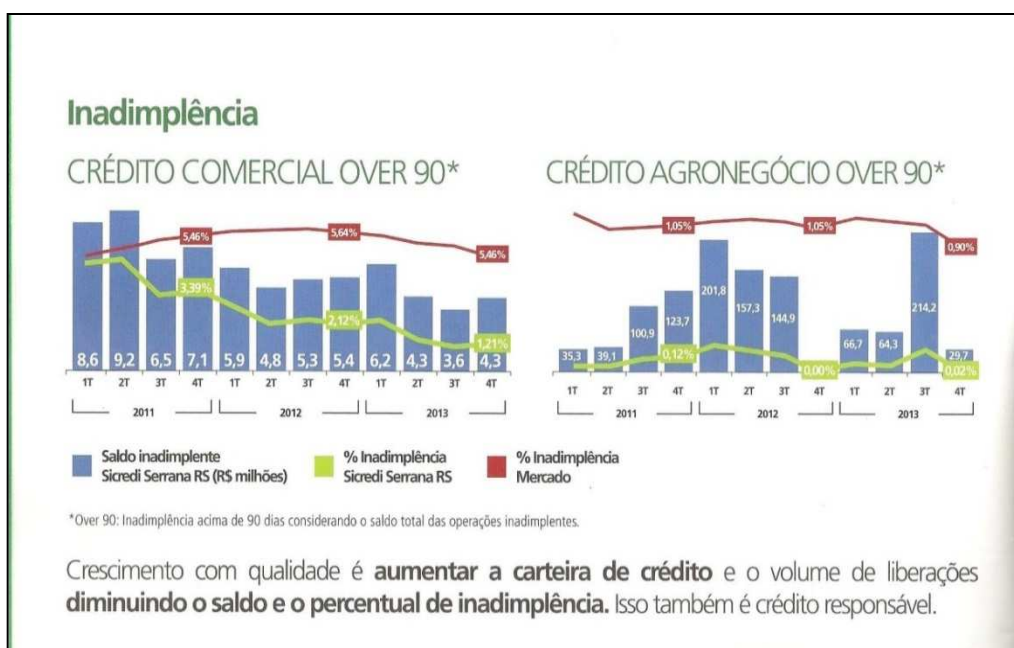
Cada vez que um banco concede um empréstimo ou um financiamento está assumindo o risco de não receber, ou seja, o cliente pode não cumprir a promessa de pagamento. As razões que levam o cliente ao não cumprimento da promessa podem estar relacionadas ao seu caráter, a sua capacidade de gerir os negócios, aos fatores externos adversos ou a sua incapacidade de gerar caixa.

As Instituições Financeiras atuam num mercado composto por vários riscos, sendo um deles o processo de captação de recurso financeiro de terceiros e disponibilização, ou seja, empréstimo, assumindo o risco de não receber de seus clientes. Por isso, devem fazer a análise da maneira a garantir maior assertividade possível na hora de emprestar para não arcar com perdas futuras.

Conforme dados do Relatório Anual de 2013, da Instituição Financeira Sicredi Serrana, tanto na instituição mencionada quanto no mercado financeiro existe inadimplência de crédito, o que significa que as instituições estão classificando o risco de crédito com falhas na hora da concessão aos clientes.

O Banco Central do Brasil (BCB) informou, no Relatório de Economia Bancária e Crédito, que durante o ano de 2012 o indicador de inadimplência das operações de crédito, com atraso superior a 90 dias, atingiu 3,7% no mês de dezembro, sendo o menor nível do ano todo, mas mesmo assim ficando 0,1 p.p acima do observado em 2011. Esse percentual de atraso correspondeu a 5,6% nas operações com recursos livres e a 1% naquelas com recursos direcionados.

Figura 1 – Inadimplência de crédito



Fonte: Relatório anual Sicredi Serrana (2013)

No capítulo introdutório são apresentados os principais pontos relacionados ao estudo. Dessa forma é contextualizado e delimitado o tema da pesquisa, definido o problema de pesquisa a ser respondido, destacados o objetivo geral e os objetivos específicos, justificada a relevância do estudo, e apresentada a estrutura geral do trabalho.

No segundo capítulo serão abordadas teorias conceituando e relatando o Crédito no Brasil, Risco de Crédito, Crédito em Instituições Financeiras e Modelo de Concessão de Crédito. No terceiro capítulo será apresentada a metodologia composta pelo delineamento da pesquisa, definição da unidade de pesquisa, técnica da coleta e amostra dos dados, e limitações do método. Para finalizar o estudo será feito a análise dos resultados avaliando cada um dos objetivos e relatando as considerações finais.

## 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Silva (2013) relata que a Intermediação Financeira no mercado consiste num cenário onde fazem parte as transações de empréstimos e financiamentos. Também possuem alguns requisitos básicos para que ocorra a intermediação, que são a



existência da moeda, agentes superavitários, agentes deficitários e as instituições agentes. Portanto, a intermediação financeira depende de fatores que são condicionados à disponibilidade de moeda, onde os agentes superavitários contribuem para essa disponibilização, os deficitários buscam emprestado, e as instituições fazem essa intermediação entre as duas classes.

A economia brasileira passou por mudanças após a introdução do Plano Real em julho de 1994, o que despertou o interesse e a necessidade das instituições financeiras em implantar um sistema para administrar os riscos de crédito.

A estabilidade econômica que se seguiu à introdução do Plano Real tem estimulado a adoção de sistemas de avaliação e gerenciamento de risco de crédito mais sofisticado. Alguns grandes bancos, de varejo, brasileiros, têm desenvolvido e implementado, com sucesso, técnicas de avaliação de créditos individuais tais como: *Credit Bureau Scoring* e *Behavior Scoring*. (CAOINETTE *et al.*, 1998, apud PRADO; BASTOS; JUNIOR, 2014, p. 2).

A Resolução nº 2.682 de 21-12-99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece que o grau de risco de cada operação é apurado de acordo com a classificação de risco do tomador e suas características, e da avaliação do grau de risco da operação. A análise e gestão de risco de crédito é uma atividade fundamental nas intermediações financeiras. Para Silva (2013), existem diversas formas de classificar o risco de uma atividade, mas primeiro é necessário entender os riscos e o funcionamento do próprio empreendimento.

Ainda para Silva (2013), o mercado financeiro torna-se cada vez mais sofisticado em termos de desenvolvimento, tanto de novos produtos quanto nos instrumentos de gestão de risco. Portanto, fica evidente a importância da análise de risco dos empreendimentos e das operações que as instituições fazem com seus clientes tomadores de crédito.

As instituições financeiras captam recursos junto a seus clientes superavitários e emprestam aos clientes deficitários que necessitam demandar os recursos emprestados, porém, ao fazer a intermediação é necessário se proteger de uma possível inadimplência. Para isso é feita uma análise do risco na concessão de crédito, baseado em fatores determinados na Política de Crédito, os quais mensuram o risco da operação e assim a instituição decide se empresta, ou não, a taxa a ser cobrada e o montante que será liberado ao cliente.

O Banco Central do Brasil, na Resolução nº 3.721, p. 1 que “dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito”, Resolveu:

Art. 1º. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

Conforme determinado pelo Banco Central do Brasil, todas as instituições financeiras, por ele reguladas, devem ter uma Política de Risco de Crédito que seja de acordo com as operações, a proporção e com a exposição que a instituição possui ao assumir o risco perante um cliente em uma operação de crédito.

A instituição financeira em análise é um banco comercial situado na região serrana do Estado do Rio Grande do Sul. Está localizada próximo a vários concorrentes necessitando classificar o risco de crédito corretamente para evitar prejuízos, bem como precificar de forma adequada e não perder mercado de atuação para outros bancos concorrentes.

O trabalho, através de um estudo com informações da base de dados de 80% das operações de crédito efetivadas nos últimos 12 meses, fará uma análise para obter o resultado de quanto essa instituição está sendo assertiva na classificação do risco de crédito que faz mediante as demandas de seus clientes.

Desta forma, para avaliar o processo de análise de risco da Instituição Financeira XYZ, será selecionada uma amostra dentre todas as operações de crédito liberadas no período de um ano, analisado o risco em que cada operação foi classificada antes de sua liberação e, também, verificando quantas dessas foram adimplentes ou inadimplentes, colaborando assim para que a instituição possa ter uma avaliação, no geral, de quanto classificou certo e quanto errou na hora de conceder o crédito.

Em virtude do tema proposto, surge o seguinte questionamento: *Como é o gerenciamento da Política de Risco de Crédito na Instituição Financeira XYZ?*

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o gerenciamento da Política de Risco de Crédito na Instituição Financeira XYZ.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) descrever e avaliar as variáveis de controle de risco da política de crédito;
- b) apresentar as variáveis significativas para o controle de risco de crédito;
- c) avaliar a carteira de concessão de crédito de clientes adimplentes e inadimplentes;
- d) verificar a assertividade do processo;
- e) propor sugestões para o processo.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A análise da Política de Crédito colabora com a instituição financeira à medida que contempla a avaliação e o planejamento da carteira de crédito, buscando o desenvolvimento sustentável da organização em médio e longo prazo; analisa o movimento do mercado, visando precificar corretamente; monitorar os indicadores de sustentabilidade da carteira, planejar ações para atingir a autossuficiência de recursos e patrimônio visando a ampliação da carteira, todos os itens de avaliação são importantes na política de crédito, para que a mesma siga de acordo com os objetivos da instituição e também proporcione sustentabilidade através de suas regras. Conforme Bianchi (2005, p. 20),

É também da área de controladoria que se espera surgirem iniciativas que estreitem o acompanhamento dos controles organizacionais em todas as suas dimensões, no sentido de que esses possam proporcionar não apenas decisões úteis para o processo de gestão como, também, outras cuja integridade assegure aos investidores, os principais, que os recursos necessários às operações estejam sendo consumidos de forma congruente com os objetivos que eles, os investidores, estabeleceram. Em outras palavras, espera-se da área de controladoria uma postura de defesa dos interesses dos proprietários da organização ou daqueles que os representam diretamente.

Para Souza (2012, p. 3),

A importância que um gestor financeiro tem dentro de uma empresa. Sua responsabilidade é ampla e complexa, por isto a pessoa que ocupa este cargo deve ter conhecimento aprofundado da área de finanças como também das demais áreas para poder exercer com precisão seu papel.

O gestor tem a responsabilidade da administração financeira, portanto ele deve gerenciar as finanças desempenhando uma variedade de tarefas, tais como orçamentos, previsões financeiras, administração do caixa, administração do crédito, análise de investimento e captação de recursos. (SOUZA, 2012).

Baseado no autor acima, o estudo é importante para o contexto acadêmico, visto que um líder formado para trabalhar na prática da área de Controladoria e Finanças deve ter o conhecimento para analisar situações seguidas de detalhes específicos, como por exemplo, uma operação de crédito, e ter um olhar crítico para aprovar ou não uma operação, seja ela de crédito ou de outras transações vivenciadas nas empresas, precisa ter a habilidade e o poder de decisão. Para tanto, o estudo de análise de crédito abrange o conhecimento prático e os principais itens a seguir para uma boa análise e decisão.

Segundo Boratti (2002), as instituições financeiras costumavam utilizar modelos de análise extremamente quantitativos para tomada de decisão em relação ao crédito, desconsiderando grande parte das informações qualitativas sobre o cliente, porém hoje as informações qualitativas são muito importantes para a tomada de uma boa decisão e análise de crédito.

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a Política de Risco de Crédito utilizada pela Instituição Financeira para medir quanto a mesma é assertiva na análise de concessão de crédito. O estudo é oportuno para Instituição, pois o crédito é o maior foco de atuação comercial e precisa ser assertivo na concessão, a fim de mensurar corretamente o risco e não ter inadimplências futuras que coloquem a Instituição em risco. Portanto, o trabalho possui uma relevância para a Instituição se aprimorar na assertividade da concessão de crédito.

Para a autora desse estudo, o desenvolvimento do trabalho é relevante por proporcionar a possibilidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos no MBA em Controladoria e Finanças numa situação prática passada pelos profissionais de uma Instituição Financeira. A Instituição permite acesso à base de dados, porém de

maneira restrita sendo que, na análise em questão, será possível fazer a amostragem de apenas uma Unidade da Instituição Financeira da Região Serrana.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo da fundamentação teórica serve para dar suporte à investigação do estudo de caso. Dessa forma, neste capítulo são abordados os assuntos referentes ao Crédito no Brasil, nas Instituições Financeiras e nas Cooperativas, as quais se utilizam cada vez mais dessa ferramenta para fazer negócios, além de explicar como é composto o modelo de concessão de crédito, e definindo assim os cuidados necessários para mitigar o risco de crédito. Esses conteúdos vão dar sustentação à investigação do tema.

### 2.1 CRÉDITO NO BRASIL

O crédito está presente em todos os setores do mercado brasileiro. Qualquer instituição financeira, indústria, comércio ou empresa dependem do crédito para gerar negócios, sendo que o crédito pode ser comercial, por exemplo, quando uma loja vende para seus clientes e efetiva a venda parcelada em vários meses, ela está concedendo ao cliente um crédito, sendo que entrega um bem de valor para ser pago posteriormente, ou pode ser financeiro, por exemplo, quando um cliente vai até uma instituição e solicita crédito para fazer investimentos pessoais ou empresariais, a instituição concede ao cliente o recurso e o cliente assume uma promessa de pagamento futuro.

Segundo Schrickel (1994, p. 12), “todos os elementos essenciais a qualquer operação de Crédito: cessão temporária de bens próprios, terceiros, expectativas futuras, risco, taxa remuneratória, devolução, formalização da transação e garantias”. O mesmo autor complementa: “a análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas”. (SCHRICKEL, 1994, p. 27). Desta forma, o autor afirma que, para qualquer operação de crédito, devem ser analisados todos os fatores principais do tomador e da operação como bens, risco, garantias, mas também precisa ser levado em consideração que essas informações muitas vezes são omitidas da realidade e que o cenário poderá mudar, portanto o analista precisa ter conhecimento e competência para decisão do crédito.

Conforme Silva (2013, p. 45), “crédito consiste na entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento”. E complementa:

Em um banco, que tem a intermediação financeira como sua principal atividade, o crédito consiste em colocar à disposição do cliente (tomador de recursos) certo valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento numa data futura. (SILVA, 2013, p. 45).

Conforme Blatt (1999), crédito implica na existência de uma relação de confiabilidade entre dois ou mais “agentes”, por sua vez a concessão de crédito significa transferir a posse de ativos mediante um compromisso de pagamento futuro. A operação de crédito expressa uma demonstração de confiança do credor no devedor, correndo, o credor, o risco de prejuízo se o devedor não corresponder a essa expectativa. Assim, realizam-se operações de crédito confiando-se na quitação total da dívida dentro do prazo e das condições estipuladas.

Segundo os autores acima, na prática das instituições, os bancos comerciais concedem empréstimos e financiamentos aos tomadores que buscam o recurso com promessa de pagamento futuro, portanto a decisão de conceder crédito consiste numa análise global das condições do cliente tomador, do ambiente em que está inserido e dos riscos que a operação está exposta.

Segundo Pulga (1999, p. 7),

No Brasil, os programas de ajuste do sistema financeiro têm sido considerados de fundamental importância para diferenciá-lo das nações emergentes asiáticas. Um dos principais elementos de diferenciação se refere ao menor volume de créditos em atraso e em liquidação em relação ao total de créditos concedidos pelos bancos brasileiros, comparativamente a bancos de outros países. A entrada de instituições estrangeiras também tem contribuído para dar mais solidez ao sistema financeiro.

O Banco Central do Brasil (BCB) informou, no Relatório de Economia Bancária e Crédito (2012), que as operações de crédito do sistema financeiro mantêm expansão, porém em ritmo mais moderado, pois a flexibilização da política monetária nacional, entre outros fatores, conduziu as taxas de juros no mercado de crédito a patamares historicamente baixos. Os níveis de taxas de juros contribuíram para que se observasse tendência favorável tanto do grau de comprometimento de renda das famílias como dos índices de inadimplência.

Ainda conforme o BCB (2012), a expansão do crédito ao longo da última década e sua crescente importância como elemento transmissor de política monetária, aliadas às transformações ocorridas nos mercados financeiros, especialmente a partir da crise de 2008, ensejou oportunidade de aprimoramento e

ampliação da base de dados de crédito. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil (BCB) passou a divulgar conjunto mais extenso e detalhado de informações relativas ao mercado de crédito. Destacam-se modalidades que adquiriram expressão em anos recentes, a exemplo do crédito consignado, cartão de crédito e capital de giro. Além disso, passou-se a fazer maior detalhamento de linhas de crédito consolidadas ao longo do tempo, como financiamentos imobiliário, rural e com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas e outras inovações constituem avanço importante e contribuem para a classificação mais precisa e uniforme das informações produzidas.

Após a crise de 2008, os bancos públicos brasileiros passaram a ter um significativo papel na concessão de crédito. Segundo Jayme e Crocco (2010), a relação do crédito com o Produto Interno Bruto (PIB) no país cresceu em torno de 15% no período de um ano, sendo que passou de 30% no final de 2008 para aproximadamente 45% no final de 2009. Esse crescimento proporciona ao Brasil uma posição de destaque no mercado internacional, sendo que os bancos públicos brasileiros conseguiram amortecer o efeito da crise de crédito de 2008.

No cenário de crédito brasileiro dos últimos anos, o BCB relata que o saldo total das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 2,368 trilhões em dezembro de 2012, com expansão anual de 16,4%, ante 18,8% em 2011 e 20,6% em 2010, passando a representar, relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB), 53,8%, ante 49,1% em 2011 e 45,4% em 2010. Por segmento, as carteiras de crédito referentes a pessoas jurídicas e a pessoas físicas totalizaram R\$ 1,292 trilhão e R\$ 1,076 trilhão, após elevações anuais de 16,1% e 16,8% em 2012, respectivamente.

Analisando a evolução do crédito conforme a Tabela 1, percebe-se que teve um crescimento elevado depois da crise de 2008, mas que a partir de 2012, começou a desacelerar esse crescimento.

Na Tabela 1 segue a evolução do crédito no Brasil conforme mencionado acima.



Tabela 1 – Evolução do crédito no Brasil

R\$ bilhões

| Discriminação             | 2010     | 2011     | 2012     | Variação % |      |
|---------------------------|----------|----------|----------|------------|------|
|                           |          |          |          | 2011       | 2012 |
| Total                     | 1.712,70 | 2.034,00 | 2.368,40 | 18,8       | 16,4 |
| Pessoas jurídicas         | 936,30   | 1.112,90 | 1.292,50 | 18,9       | 16,1 |
| Recursos Livres           | 502,60   | 603,80   | 706,50   | 20,1       | 17,0 |
| Direcionados              | 433,70   | 509,10   | 586,00   | 17,4       | 15,1 |
| Pessoas físicas           | 776,40   | 921,10   | 1075,90  | 18,6       | 16,8 |
| Recursos Livres           | 555,20   | 628,40   | 692,70   | 13,2       | 10,2 |
| Direcionados              | 221,20   | 292,70   | 383,20   | 32,3       | 30,9 |
| <b>Participação %</b>     |          |          |          |            |      |
| Total/PIB                 | 45,4     | 49,1     | 53,8     |            |      |
| Pessoas jurídicas/PIB     | 24,8     | 26,9     | 29,4     |            |      |
| Pessoas físicas/PIB       | 20,6     | 22,2     | 24,4     |            |      |
| Recursos livres/PIB       | 28,1     | 29,7     | 31,8     |            |      |
| Recursos direcionados/PIB | 17,4     | 19,4     | 22,0     |            |      |

Fonte: Relatório de Economia Bancária e Crédito – BCB (2012, p. 9)

O Instituto Brasileiro de Economia Aplicada (IPEA) relata em sua Carta de Conjuntura (2013) que, conforme números recentes, a economia brasileira sofreria uma queda em seu crescimento, no segundo semestre de 2013, devido à desaceleração dos investimentos e da manutenção de um crescimento moderado no consumo das famílias.

A análise do IPEA (2013) constatou que o desempenho da atividade econômica, no ano de 2013, apresentou elevada volatilidade principalmente quando considerados os indicadores dessazonalizados. Isso significa que por um lado foi um ano marcado por incertezas consideradas fora do normal e por diversos eventos que afetaram o comportamento da economia, como por exemplo, o aperto monetário que acarretou na elevação gradual da taxa Selic pelo Banco Central. Porém, no outro lado informa que o desempenho da economia não foi tão bom em relação ao que os dados do segundo semestre indicavam e nem foi tão ruim quanto os números do terceiro trimestre sugeriam. No que se refere a crédito pessoa física a desaceleração na concessão impactou no consumo de bens e serviços, aumentando assim as taxas de juros de empréstimo. O comprometimento das famílias com o serviço da dívida permaneceu elevado, demonstrando que as pessoas estão buscando diminuir seu endividamento de consumo para buscar a aquisição da casa própria.

A economia brasileira está passando por momentos de oscilações em relação ao crédito no geral e também por sazonalidade de setores com maiores crescimentos e outros com menores, por isso torna-se cada vez mais imprescindível a análise crítica da avaliação das condições na hora da concessão do crédito, a fim de não se expor a maiores riscos futuros.

### **2.1.1 O Setor de Crédito nas Cooperativas**

As cooperativas são sociedades formadas por pessoas, possuem forma e natureza jurídica própria e tem o objetivo de prestar serviços aos seus associados, são regidas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

No atual mercado financeiro competitivo, as cooperativas de crédito surgem como uma boa alternativa para oferecer vantagens e prestar serviços financeiros aos associados. Conforme determina a Lei nº 5.764, essas organizações não têm fins lucrativos, mas sim o objetivo de propiciar crédito e prestar outros serviços financeiros aos cooperados, com autorização e fiscalização do BACEN.

Pinheiro (2008) relata que as cooperativas de crédito estão presentes, e são importantes, em vários países. Informa que na Alemanha as cooperativas possuem cerca de 15 milhões de associados, correspondendo a 20% das intermediações financeiras do país. Na Holanda o banco cooperativo Rabobank atende mais de 90% das demandas financeiras. Nos EUA existem mais de 12 mil unidades cooperativas apenas no sistema de CUNA (*Credit Union Nacional Association*). Os números reportados pelo autor demonstram como o cooperativismo de crédito está crescendo expansivamente.

Assaf Neto (2001, p. 80) define as cooperativas de crédito como instituições financeiras não bancárias, “voltadas a viabilizar créditos a seus associados, além de prestar determinados serviços”.

Segundo Araújo e Silva (2011), as cooperativas de crédito permitem acesso ao crédito oferecendo vários benefícios, sendo: atendimento diferenciado, produtos conforme as demandas dos associados, empréstimos e financiamentos com taxas de juros baixas, exigem menos burocracia, além de serem ágeis e flexíveis nas operações. Portanto, as cooperativas focam mais em atender as necessidades das pessoas enquanto que os bancos comerciais visam o lucro.

O Conselho Monetário Nacional aprovou, em 25 de junho de 2003, a Resolução nº 3.106, a qual revogou as Resoluções nº 2.771 e nº 3.058, voltando a permitir a constituição de cooperativas de crédito de livre admissão de associados dentro da sua área de atuação, porém, respeitando os limites populacionais o que pode vir a possibilitar um crescimento ainda mais acentuado do cooperativismo de crédito no Brasil, se assemelhando, assim, cada vez mais com o que é praticado nos principais centros econômicos mundiais.

O comportamento das instituições financeiras cooperativas, no decorrer da crise de 2008, foi importante para a vida financeira das pessoas, conforme relatam os autores abaixo:

Durante a crise financeira global de 2008, as cooperativas deram a milhões de pessoas, estabilidade e segurança financeira, isto porque a atividade cooperativa não enfatiza o modelo da maximização de lucros, e sim melhores produtos e serviços aos seus membros. (MEINEM; PORT, 2012, p. 66).

A Figura 2 apresenta a evolução do número de cooperativas de crédito no Brasil a partir da década de 40 até o ano de 2007, sendo que os números referem-se às cooperativas de crédito que estavam devidamente registradas no SER e no BACEN.

Figura 2 – Evolução do número de cooperativas de crédito no Brasil, entre 1940 e junho de 2008



Fonte: Pinheiro (2008, p. 13)

Pinheiro (2008) destaca que, mesmo que as cooperativas de crédito ainda estejam ocupando um espaço pequeno no SFN tanto no que se refere às operações de crédito quanto ao patrimônio líquido, esse segmento está crescendo expressivamente em volume e em percentual de participação na área bancária do Sistema Financeiro Nacional. A seguir, a Tabela 2 mostra o percentual de participação das cooperativas de crédito no SFN.

Tabela 2 – Distribuição do total de operações de crédito na área bancária do sistema financeiro (em %)

|                                 | 1995   | 1997   | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   | 2003   | 2004   | 2005   | 2006   |
|---------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Bancos com controle estrangeiro | 5,72   | 11,71  | 19,75  | 25,16  | 31,51  | 29,94  | 23,82  | 25,12  | 26,37  | 25,68  |
| Bancos privados                 | 31,79  | 35,35  | 31,66  | 34,53  | 42,13  | 39,73  | 41,31  | 41,33  | 40,84  | 40,18  |
| Bancos públicos                 | 23,46  | 10,30  | 8,13   | 5,12   | 3,09   | 4,78   | 4,51   | 4,41   | 4,05   | 3,72   |
| CEF                             | 22,63  | 30,93  | 28,74  | 23,00  | 7,13   | 7,61   | 7,86   | 7,48   | 8,01   | 8,11   |
| Banco do Brasil                 | 15,96  | 10,97  | 10,58  | 10,95  | 14,53  | 16,17  | 20,36  | 19,36  | 18,46  | 20,05  |
| Cooperativas de crédito         | 0,44   | 0,74   | 1,14   | 1,24   | 1,61   | 1,77   | 2,14   | 2,30   | 2,27   | 2,26   |
| Área bancária                   | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Pinheiro (2008, p. 14)

Vilela, Nagano e Melo (2007, p. 101) definem:

As cooperativas de crédito podem ser classificadas de acordo com a forma como estas se relacionam com seus cooperados. As cooperativas de primeiro grau são as que atuam diretamente com os cooperados, também denominadas cooperativas singulares. As de segundo grau são as cooperativas centrais que envolvem várias singulares de uma mesma região e ramo de atuação, com o objetivo de organizar e ganhar escala, promovendo assim o desenvolvimento dessas cooperativas. As de terceiro grau são as confederações que envolvem várias cooperativas centrais e atuam em âmbito nacional junto aos órgãos normativos e governamentais.

De acordo com os autores, as cooperativas são classificadas conforme se relacionam com seus cooperados e podem ser dispostas como singulares, centrais e confederações. O Cooperativismo de crédito no Brasil é dividido em quatro sistemas principais que são: Sicredi, Sicoob, Unicred e Ancosol.

Conforme dados do BCB, o sistema Sicredi é composto pela Confederação Sicredi, pelo Banco Cooperativo Bansicredi, cinco centrais e 130 cooperativas singulares. O Sicoob é composto pela Confederação Sicoob Brasil, pelo Banco Cooperativo Bancoob, 14 centrais e 639 singulares. O sistema Unicred é composto

pela Confederação Unicred do Brasil, 9 centrais e 130 singulares, e por fim o sistema Ancosol é composto por uma associação de 5 centrais e 191 singulares.

Conforme Tavares e Castro (2011), essas cooperativas podem captar recursos: de seus cooperados, que fazem depósitos a prazo sem precisar emitir certificado; de instituições financeiras brasileiras ou estrangeiras na forma de empréstimos; de refinanciamentos, como repasses, e outras operações de crédito.

Para concessão de crédito, as cooperativas podem efetuar operações apenas com seus associados e membros citados no estatuto. Como prestadoras de serviços podem fazer cobrança, custódia, recebimento e pagamento de terceiros, ficando assim semelhantes aos bancos.

O WOCCU – Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito, sediado em Madison (EUA), foi fundado em 1971, possui membros e filiadas, nos quais seus membros incluem-se por entidades que representam as cooperativas de crédito nacional e internacionalmente. (PINHEIRO, 2008).

Como responsabilidade mundial, a WOCCU representa as cooperativas de crédito, divulga matérias de informações sobre o cooperativismo, promove intercâmbios entre as cooperativas de crédito, propõe modelos, normas, estatutos, regimentos, fomentando assim o desenvolvimento das cooperativas de crédito, prestando serviços como assistência técnica, fornecendo ferramentas de gestão e análise de risco de crédito e ajudando a implementar projetos de desenvolvimento nas cooperativas. (PINHEIRO, 2008).

De acordo com a WOCCU (2008), o Brasil lidera na América Latina com 36,34% das cooperativas, 19,95% dos sócios, 72,37% das reservas e 51,08% dos ativos. Na sequência vem o México que possui quase 53% menos de cooperativas, além de reservas e ativos de bem abaixo do líder.

A organização do cooperativismo de crédito no Brasil e o seu relacionamento com as principais entidades de cooperativismo no mundo mostra-se cada vez mais expansiva. Pinheiro (2008, p. 8) destaca: “[...] de fato, cada vez mais os regulamentos aplicáveis às cooperativas de crédito estão se aproximando daqueles exigidos para as demais instituições financeiras, sem, contudo, deixarem de resguardar os princípios próprios do cooperativismo [...]”.

Soares (2008, p. 69) relata:

O setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve. Por representar iniciativas dos próprios cidadãos, contribui de forma relevante para o desenvolvimento local sustentável, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda.

No Anexo A é possível visualizar a organização do Cooperativismo de crédito no Brasil e as principais entidades reguladoras, bem como as cooperativas do sistema.

O Cooperativismo de crédito cresce significativamente e está sendo competitivo a outros bancos por sua forma de prestar serviços e auxiliar nas demandas de seus associados, de uma forma mais ágil e simples, com atendimento diferenciado e taxas mais baixas que as praticadas pelo mercado. Sendo assim, as cooperativas de crédito terão cada vez mais um papel fundamental na economia mundial.

## 2.2 CRÉDITO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Numa instituição financeira o principal agente na negociação de crédito é sempre o gerente de contas, o qual deve possuir habilidade e conhecimento para atrair e reter os clientes. Portanto, ele deve estar sempre atento e buscar as informações recentes sobre as oscilações da economia e o cenário que o mercado financeiro está passando no momento da efetivação das negociações de crédito.

Segundo Silva (2013, p. 65),

Cada instituição financeira (banco ou cooperativa de crédito) deve manter o histórico do relacionamento com o cliente. Isso possibilita uma melhor administração do relacionamento de crédito. A investigação de crédito deve possibilitar um melhor conhecimento do comportamento de crédito do cliente junto aos demais credores.

De acordo com Schrickel (1994, p. 35), “embora a análise de crédito deva lidar com eventos passados do tomador de empréstimos (a análise histórica), as decisões de crédito devem considerar primordialmente o futuro desse mesmo

tomador”. Ainda segundo o autor, “o risco situa-se no futuro; no passado encontra-se apenas história”.

Blatt (1999) define que a instituição financeira deve ter pontos de análise de crédito a serem seguidos em toda e qualquer operação. Portanto deve analisar as demonstrações financeiras e as análises de fontes de créditos externas do cliente, as relações entre os vários coeficientes e interpretar os resultados para saber qual é a probabilidade de que o cliente seja solvente, ou seja, cumpra suas obrigações e tenha capacidade de pagar a linha de crédito.

A estrutura de crédito deve ser elaborada de acordo com a realidade operacional de cada instituição financeira, porém as estruturas devem seguir alguns fatores.

Silva (2013) destaca os principais pontos para estrutura de crédito:

- Aptidão e cultura: cada instituição precisa de profissionais com cultura e aptidões desenvolvidas para desempenhar suas tarefas de acordo com os objetivos e perfil estratégico da instituição.
- Recursos financeiros: Os recursos são a condição fundamental que o banco precisa para colocar em prática suas decisões estratégicas, ou seja, precisa ter recursos suficientes para atender a todas as demandas.
- Recursos humanos: O Banco deve ter profissionais preparados para cada perfil diferente de cliente, por exemplo, um gerente de contas que atende uma pequena empresa terá um perfil diferente do que atende uma grande empresa. Os recursos tecnológicos sempre serão parecidos de um banco para outro, mas o diferencial será nos profissionais e na qualificação que cada um possui.
- Recursos tecnológicos: O banco precisa estar sempre em constante evolução de sua tecnologia e possui sistemas de processamento com dados eficazes para diminuir o tempo de espera dos clientes nas operações.
- Políticas e normas: As políticas e normas devem estar de acordo com as condições operacionais do banco, sendo que a análise, o valor das operações e o processo de delegar poderes para tomada de decisão deve ser implementado com o objetivo de suprir as necessidades da organização.

Conforme Schrickel (1994, p. 25),

O principal objetivo da análise de crédito numa instituição financeira (como para qualquer prestador) é o de identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto à capacidade de repagamento do tomador, e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder, à luz das necessidades financeiras do solicitante, dos riscos identificados e mantendo, adicionalmente, sob perspectiva, a maximização dos resultados da instituição.

Para Blatt (1999), o analista de crédito possui um grande desafio que é o de julgar o volume de crédito, que pode ser concedido a um terceiro, sem que essa concessão crie futuramente riscos excessivos.

Conforme Schrickel (1994, p. 119), “o limite de crédito é o valor total do risco que o prestador deseja assumir no relacionamento com determinado cliente”.

A concessão de crédito envolve uma análise global de todos os fatores de risco e também da capacidade de pagamento do tomador. É responsabilidade de a instituição financeira possuir profissionais capacitados responsáveis pela decisão de crédito, analisando corretamente e utilizando o modelo previsto na Política de Crédito da instituição para avaliar a proposta do cliente.

Nos cenários atuais do crédito ocorreram mudanças de comportamento dos órgãos reguladores com a finalidade de mitigar os riscos de inadimplência. Recentemente, em 2013, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa de juros Selic afirmando que pressões inflacionárias ainda circundam a economia no curto prazo, e que é preciso garantir que isso não se propague para o longo prazo. As taxas de juros para empréstimos, por sua vez, seguiram esta tendência de aumento tanto para consumidores quanto para empresas, em julho de 2013. A taxa de inadimplência continuou caindo nos últimos meses, a despeito da elevação dos juros. Porém, o comprometimento da renda das famílias parou de cair em junho de 2013. O crédito, que continuou sendo liderado em julho pelas instituições públicas e pelo crédito direcionado, mostrou leve desaceleração, principalmente aquele destinado às empresas – capital de giro e adiantamento sobre contrato de câmbio. (IPEA, 2012).



Outro acontecimento que deve ser destacado é o aperto monetário iniciado em abril de 2013 em consonância com a elevação do IPCA acumulado em doze meses, que chegou a ultrapassar o teto da meta em junho (6,7%), mas que em julho e agosto retornou para o intervalo de tolerância, com variações de 6,3% e 6,1%, respectivamente. A expectativa dos agentes em relação à inflação para os próximos doze meses, que parecia oscilar em torno de 5,5% a.a. desde meados de 2010, registrou uma elevação de aproximadamente 50 pontos-base em setembro de 2013, alcançando o maior patamar no período analisado no gráfico, de 6,2%. Esta percepção de maior nível inflacionário por parte dos agentes, coletada pela pesquisa de mercado *Focus* do BCB, é corroborada pela maior taxa de inflação implícita – que embute a inflação esperada no mercado de títulos públicos –, a qual ultrapassou o teto da meta em setembro de 2013. (IPEA, 2013, p. 52).

É possível visualizar esse comportamento da inflação no Anexo B.

Frente à elevação da taxa média de juros das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que aumentou, de junho para julho de 2013, 1 ponto percentual (p.p.) – de 18,5% a.a. para 19,5% a.a. –, a taxa de inadimplência da carteira de crédito total continuou caindo em julho de 2013 e registrou declínio de 0,5 p.p. em relação ao mesmo mês do ano anterior, ficando em 3,3%. Em relação ao mês imediatamente anterior, a queda foi menos acentuada, de apenas 0,03 p.p., ilustrado no Anexo C.

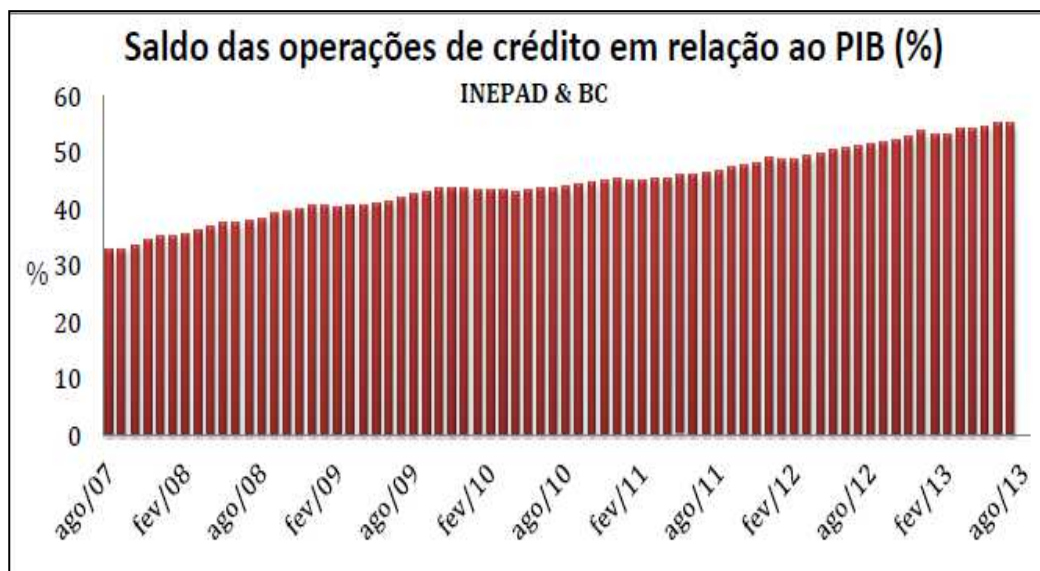
Além do aumento dos juros ao crédito, o comportamento do comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida, observado em junho de 2013, poderá contribuir para o aumento da taxa de inadimplência para PF. É possível destacar que, mesmo com o aumento da taxa de juros e a desaceleração do crédito liberado, não garante menor índice de inadimplência nas operações.

A representatividade das operações de crédito em relação ao total do PIB teve um crescimento de 78% nos últimos seis anos (Gráfico 1). Em agosto de 2007, as operações de crédito tinham um saldo real (já corrigido pelo IPCA) de R\$ 1,14 bilhões, valor que correspondia a 32,72% do PIB brasileiro à época. Já no mês de agosto de 2013, o total de créditos atingiu R\$ 2,5 bilhões, valor que corresponde a 55,50% do PIB total. Este fato revela uma forte elevação dos créditos concedidos pelas instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro que mais que dobraram o valor de crédito concedido, em uma velocidade de elevação superior a do PIB nacional. (FONSECA, 2014).

Para a economia isso representa risco de inadimplência, uma vez que as instituições financeiras estão comprometendo uma parcela significativa da renda das

peças com créditos e também o crédito representa mais da metade do PIB conforme demonstrado no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Crédito em relação ao PIB (%)



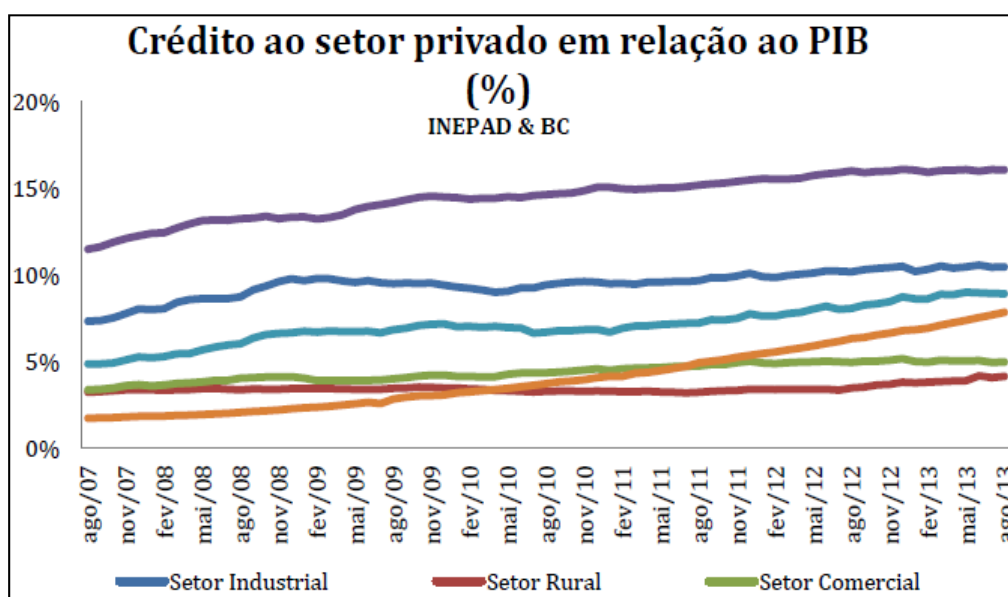
Fonte: Fonseca (2007)

No crédito que é destinado ao setor privado existe um número maior de subdivisões, sendo que o BCB coloca como partes que constituem o setor privado total: Área Industrial; Rural; Comercial; Imobiliário; Pessoa Física e Outros serviços (Gráfico 2). Na comparação entre 2007 e 2013, as três áreas do setor privado que detém maior participação no volume de créditos em relação ao PIB não foi alterada, tendo somente elevações em todas essas áreas. O crédito à Pessoa Física que representava em 2007 11,49% do PIB, passou em 2013 a representar 16,07%, o crédito à indústria que representava 7,33%, passou a 10,47% e área de outros serviços que tinha créditos condizentes com 4,86% do PIB, passou a representar 8,92%.

Porém, nas três posições inferiores houve mudanças com destaque para o crescimento do crédito à área imobiliária, em 2007. Tal área tinha a menor participação do setor privado em relação ao PIB, representando somente 1,73%, porém, em 2013, passou a ter a quarta maior representatividade, fechando o mês de agosto com créditos que representam 7,85% do PIB brasileiro. A área rural, que ocupava a quarta colocação em 2007, teve o crescimento mais lento, passando de uma representatividade de 3,22% para 4,15%, fato que lhe deixa com a menor

participação do setor privado em agosto de 2013. Já a área do comércio manteve a quinta colocação, expandindo seu crédito em relação ao PIB de 3,37% em agosto de 2007 para 4,97% no mesmo mês de 2013. Esse crescimento do crédito de cada setor está representado no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Crédito ao setor privado em relação ao PIB (%)



Fonte: Fonseca (2007)

Os dados representados nos gráficos demonstram que o valor dos saldos de créditos que foram disponibilizados no mercado brasileiro cresceu numa velocidade maior que o valor do PIB. Assim, a representatividade do crédito em relação ao PIB passou de 32,72% em agosto de 2007, para 55,50% no oitavo mês de 2013. No total de créditos, cada setor possui uma área que teve expansão mais acelerada. No setor público, o destaque fica para o crédito ao governo federal, que teve um grande salto e elevou em nove vezes sua representatividade frente ao PIB brasileiro. Já no setor privado, o destaque fica para o setor imobiliário, que teve o crédito à área mais que quadruplicado, pulando de uma representatividade de 1,73% para 7,85% do PIB nacional. (FONSECA, 2014).

O crédito concedido pelas instituições financeiras está crescendo mais que o PIB brasileiro, isso significa que o risco de inadimplência também aumenta conseqüentemente. É necessário que as instituições tenham uma política de crédito adequada conforme sua região de atuação, considerando todos os riscos do cliente tomador, bem como a probabilidade de ele não conseguir honrar com seus

compromissos futuramente, visto que as pessoas comprometem boa parte de seu salário com crédito. Os responsáveis pela decisão de crédito precisam mitigar os riscos de inadimplência e evitar que daqui a alguns anos a concessão desses créditos possa levar a uma crise econômica mundial advinda do setor de crédito geral, por falta de capacidade de pagamento dos tomadores. O crédito é necessário na economia, mas precisa ser consciente.

### 2.3 MODELO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

As instituições financeiras buscam cada vez mais o aumento da carteira de crédito com a finalidade de obter lucro. Consequentemente, aumentando o volume de crédito expõem-se a um aumento do índice de inadimplência. No mercado e cenário atual, as instituições financeiras estão cada vez vendo a necessidade de investir em ferramentas seguras e confiáveis que tragam as informações completas dos clientes tomadores de crédito, gerenciando assim esse risco de inadimplência através de ferramentas para concessão de crédito.

“Os modelos de risco de crédito são usados para quantificar o risco de crédito da contraparte ou da transação. Eles variam, significativamente, de acordo com a natureza da contraparte como, por exemplo, *corporate*, pequena empresa, pessoa física”. (SERASA EXPERIAN, 2009, p. 31).

Para Schrickel (1994, p. 94), “o processo de crédito numa instituição financeira, bem como para qualquer prestador, é materializado pelo relacionamento com o cliente, do qual deriva a idealização de uma proposta de crédito”.

Através da proposta de crédito, a analista pode quantificar e qualificar o relacionamento que possui com determinado cliente tomador, sabendo suas rendas, seu comprometimento com outras dívidas, seu histórico de movimentação na conta, e depois de feita toda análise da proposta solicitar à área competente a aprovação do crédito, sendo que quanto mais o crédito for examinado, maior será a análise de decisão sobre ele.

Para Schrickel (1994, p. 96),

Entre as diferentes partes que compõem uma proposta de crédito, qualquer que seja sua formatação na prática, deve existir uma parte descritiva, em que se revele o tomador numa extensão de dados que ultrapasse os limites comumente verificados em fichas cadastrais. Esta parte descritiva deve basicamente cobrir um roteiro mínimo, à escolha de cada prestador (extensão e profundidade desejados), em que são cobertos os aspectos mais significativos sobre o tomador-alvo da proposta. Seus balanços e demais dados econômico-financeiros, nestas condições, nada mais farão do que confirmar os comentários expostos na parte descritiva da proposta de crédito.

A proposta de crédito deve sempre ser bem elaborada e clara contendo todas as informações necessárias para que outra pessoa, mesmo que seja de fora da situação, ao analisar a proposta consiga tomar uma decisão de crédito sem conhecer o tomador e seu perfil.

Segundo Schrickel (1994, p. 100), “uma análise de crédito deve ser, portanto, um conjunto de informações que façam sentido em seu conjunto (consistentes) e que conduzam a uma decisão (relevantes)”. Portanto, a proposta deve ser elaborada com dados consistentes e relevantes para que tenha credibilidade e também evite riscos futuros de perda com a operação por inadimplência.

Ao avaliar uma proposta de crédito são estudados os riscos para se antecipar de problemas futuros que o tomador possa vir a ter, causando a falta de pagamento das suas obrigações.

Para Schrickel (1994, p. 118),

Os riscos aos credores não se restringem apenas à capacidade de o tomador completar seu ciclo operacional de forma eficiente ou da geração de lucros ao longo de determinado período de tempo, mas também estão relacionados a uma grande volatilidade potencial nos preços de compra e venda dos bens que são objeto da atividade operacional da empresa.

Todos os limites que um cliente possui, aprovados em uma instituição, devem ser revistos anualmente através de demonstrativos financeiros como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, com o objetivo de reavaliar o risco do cliente, bem como sua capacidade de pagamento futura, visto que seu ciclo operacional não será sempre o mesmo.

A proposta de crédito em sua composição sempre leva em conta os riscos da operação, para isso se baseia em algum modelo econométrico, ou seja, composto por estatística de dados do cliente, a fim de mensurar o risco do crédito. O credor precisa conhecer e entender os riscos que assume para gerenciar o risco da operação com habilidade fazendo dele o menor possível.

Blatt (1999, p. 61) afirma: “o ambiente econômico atual é complexo e sofre cada vez mais o impacto de certos fatores que tornam a gestão de riscos mais crítica do que nunca.” Segundo ele, alguns desses fatores são:

- Aparecimento e crescimento dos mercados globais;
- Linhas de produto amplas e inovadoras que envolvem prazos mais longos de crédito;
- A necessidade de criar soluções com valor agregado;
- Aumento de concorrência entre os credores, resultando em pressão para fazer negócios com maiores riscos e menores lucros;
- Os mercados que podem mudar muito rápida e dramaticamente.

Conforme o autor e o cenário atual, esse fatores influenciam muito no risco de crédito das operações, pois a amplitude das linhas de crédito faz com que as pessoas tomem crédito para objetivos que às vezes não possuem condição de pagamento, mas financiam no impulso por ter a linha disponível. A concorrência entre os credores é outro agravante, sendo que alguns credores passam por cima da análise de risco pensando somente em conceder um volume maior de crédito.

Para Caouette, Altman e Narayanan (1999, p. 1),

O risco de crédito é a mais antiga forma de risco nos mercados financeiros. Se podemos definir crédito como “a expectativa de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo limitado”, então risco de crédito é a chance de que esta expectativa não se cumpra.

“Risco é a situação em que, partindo-se de determinado conjunto de ações, vários resultados são possíveis e as probabilidades de cada um acontecer são conhecidas. Quando tais probabilidades são desconhecidas, a situação denomina-se *incerteza*.” (SANDRONI, 2006, p. 737). Segundo Minussi (2001, p. 23), “risco de crédito caracteriza os diversos fatores que poderão contribuir para que o credor, ou seja, o banco que concedeu o crédito, não receba do devedor o pagamento na época acordada”. Assim, pode-se dizer, segundo os autores, que o risco é

determinado pela situação de se conhecer as reais condições do crédito, e definir uma probabilidade onde o tomador possa deixar de pagar o crédito futuramente.

O mercado financeiro muda muito rapidamente, o que significa que as instituições financeiras devem tomar mais cuidado nas operações e em sua postura na hora de conceder o crédito. Para tanto devem identificar qual o risco, medir a probabilidade de que o mesmo ocorra e qual a relação com suas receitas se ocorrer, avaliar o impacto que pode causar no negócio e determinar o que pode fazer para controlar ou mitigar o risco. (BLATT, 1999).

Caouette, Altman e Narayanan (1999) relatam que a classificação do risco de crédito pode ser classificada em três dimensões: as técnicas empregadas, o domínio de aplicações no processo de crédito, e os produtos que se aplicam.

As principais técnicas:

- Econométricas – faz análise discriminatória linear e múltipla, análise *logit* e análise *probit*, essas modelam a probabilidade de inadimplência como variável dependente, onde a variância é explicada por um conjunto de variáveis independentes;
- Redes neurais – são sistemas usados para tentar imitar o funcionamento do cérebro humano. Usam os mesmos dados da econométrica, mas chegam ao modelo de decisão por meio de alternativas num modelo de tentativa e erro;
- Modelos de otimização – são técnicas de programação matemática que calculam os pesos ideais de atributos do credor e tomador, minimizando o erro do credor e maximizando seus lucros.

Essas técnicas são aplicadas principalmente para decisão de aprovação de crédito, para determinar *rating* de crédito e precificar crédito.

Os modelos de *scoring* de crédito são parte fundamental da gestão de análise de risco de crédito, na maior parte dos bancos. São utilizados para prever e classificar o risco de crédito de clientes novos, ou já existentes, nos diferentes ciclos da operação, “com base na premissa que o futuro será como o passado (por exemplo, quitado ou não uma dívida), é provável que um novo solicitante ou cliente com características parecidas apresente o mesmo comportamento”. (SERASA EXPERIAN, 2009). Esse *score* permite aos analistas decisões mais rápidas.

Os bancos utilizam os modelos de *scoring* para tomar a decisão de aceitar ou rejeitar uma solicitação de crédito, a partir da análise de informações pessoais do

cliente solicitante. Os modelos de *scoring* permitem aos bancos a implementação de sistemas automáticos de decisão para gerenciar seus clientes de varejo (pessoas físicas e PMEs).

O Chefe do Departamento de Mecanismos de Tomada de Decisão para Soluções de Gestão de Clientela da Experian, Matthew Dodd, no artigo “Uso de Mecanismos de Gestão do Cliente para Aumentar a Lucratividade”, assinala que para satisfazer a demanda de clientes de baixo risco e gerir, de forma controlada, os de alto risco, os concessionores de crédito precisam efetuar uma avaliação centralizada e automatizada de clientes e realizar a conversão dessa avaliação em planos para cada um deles, de modo a proporcionar o desenvolvimento pelos canais de contato mais apropriados. Para um concessor de crédito estabilizado, a elevação potencial por meio de clientes existentes pode ser bem maior do que aquela acarretada pela vinda de um novo negócio. (SERASA EXPERIAN, 2009).

Segundo o Serasa Experian (2009), existem dois tipos de modelos: os de *rating* que adotam uma visão mais em longo prazo e usados por clientes *corporate*, instituições financeiras e ao setor público, e o modelo de *scoring* de crédito que se concentra mais em curto prazo e é aplicado mais a pessoas físicas, pequenas e médias empresas. Este, por sua vez, resume o risco baseado nas informações disponíveis sobre o cliente. O modelo de *scoring* de crédito faz uma previsão da probabilidade de que um cliente tomador ou devedor existente venha a se tornar inadimplente ou atrasar o pagamento em um determinado período de tempo.

Como o *scoring* de crédito contribui de maneira geral para o processo de avaliação interna de risco das instituições financeiras, os reguladores têm aplicado regras mais restritivas ao desenvolvimento, à implementação e à validação de modelos, que devem ser seguidas pelos bancos que desejem usar seus modelos internos para estimar seus requisitos de capital. (SERASA EXPERIAN, 2009).

Araújo (2006) relata que os modelos de *Credit Scoring* têm como objetivo identificar os fatores principais que influenciam na adimplência ou inadimplência dos clientes, permitindo a classificação desses em grupos distintos podendo, assim na sequência, efetuar a decisão sobre a aceitação ou não do crédito em análise. A diferenciação desses modelos é baseada no fato de que a seleção dos fatores e seus respectivos pesos são realizados através de processos estatísticos. Outro detalhe é que, a partir da equação dos modelos de *Credit Scoring*, é gerada uma



pontuação para cada cliente, a qual fornece indicadores quantitativos das chances de inadimplência desse cliente.

Conforme Araújo (2006, p. 4),

A partir de uma equação gerada através de variáveis referentes ao proponente de crédito e/ou à operação de crédito, os sistemas de *Credit Scoring* geram uma pontuação que representa o risco de perda. O escore que resulta da equação de *Credit Scoring* pode ser interpretado como probabilidade de inadimplência ao se comparar a pontuação de um crédito qualquer com determinada pontuação estabelecida como ponto de corte ou pontuação mínima aceitável.

As instituições utilizam esses modelos de análise de crédito, mas devem seguir critérios também estabelecidos pelas leis dos órgãos reguladores no que diz respeito à classificação de risco e de provisionamento das operações.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, como principal órgão regulador, na forma do Art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 21 de dezembro de 1999, com base no art. 4º, incisos XI e XII, da citada Lei, RESOLVEU: “Art. 1º. Determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis”:

Tabela 3 – Classificação de risco e níveis de provisionamento

| <b>Classes de risco</b> | <b>AA</b> | <b>A</b> | <b>B</b> | <b>C</b> | <b>D</b> | <b>E</b> | <b>F</b> | <b>G</b> | <b>H</b> |
|-------------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| <b>Provisionamento</b>  | 0,00%     | 0,50%    | 1,00%    | 3,00%    | 10%      | 30%      | 50%      | 70%      | 100%     |

Fonte: Silva (2013, p. 57)

Isso significa que, conforme for o risco da operação, a instituição precisa provisionar a porcentagem que o BCB determinou, conforme mostra a Tabela 3 acima.

A Resolução nº 2.682/99 em seu Art. 2º determina que:

A instituição financeira deve classificar o risco da operação baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, considerando no mínimo os seguintes aspectos:

I. Em relação ao devedor e seus garantidores:

- a) situação econômico-financeira;
- b) grau de endividamento;
- c) capacidade de geração de resultados;
- d) fluxo de caixa;
- e) administração e qualidade de controles;
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) contingências;
- h) setor de atividade econômica;
- i) limite de crédito;

II. Em relação à operação:

- a) natureza e finalidade da transação;
- b) características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
- c) valor.

Portanto, esses são fatores considerados extremamente importantes para avaliar o risco de cada operação, sendo que a instituição da parte prática desse trabalho utiliza e segue esses critérios estabelecidos pelo BCB.

A mesma lei, em seu Art. 4º, determina que a classificação da operação nos níveis de risco de que trata o Art. 1º deve ser revista mensalmente, baseada nos atrasos, e que conforme os dias de atraso a operação será reclassificada em outro risco.

Tabela 4 – Período de atraso e sua respectiva classificação de risco

| Dias de atraso   | Até 14 dias | De 15 a 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 90 dias | De 91 a 120 dias | De 121 a 150 dias | De 151 a 180 dias | Acima de 180 dias |
|------------------|-------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Classes de Risco | A           | B               | C               | D               | E                | F                 | G                 | H                 |

Fonte: Silva (2013, p. 58)

Conforme determina o Art. 4º, deve-se rever o risco de cada operação conforme os prazos e riscos que ela se enquadra segundo o que foi demonstrado na Tabela 4 acima, considerando sempre o tempo de atraso.

Para os clientes que ficarem inadimplentes, o Art. 8º da Resolução nº 2.682/99 estabelece que “a operação objeto de renegociação deve ser mantida, no

mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, observado que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H”.

Pode ser considerada renegociação toda operação que tiver composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior, ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

O Art. 10 regulamenta que as instituições devem manter documentados sua política e procedimentos para concessão e classificação de operações de crédito, os quais devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil e do auditor independente. E o Art. 11 determina que devem ser divulgadas, em nota explicativa às demonstrações financeiras, informações detalhadas sobre a composição da carteira de operações de crédito

Todos os artigos da Resolução nº 2682 de 21 de dezembro de 1999, citados acima, são de extrema importância para as instituições financeiras que são reguladas pelo BCB. Os mesmos definem as variáveis que devem ser consideradas para ponderar o risco de crédito, os níveis e o valor que deve ser provisionado conforme o risco, bem como as demais normas que um banco operador de crédito tem a obrigação de seguir.

Silva (2013, p. 57) define: “o critério de classificação separa o risco do cliente (risco intrínseco) do risco da operação propriamente dita”, o que significa que o risco do cliente é composto por alguns fatores enquanto o risco da operação é composto por outros fatores de risco, e na hora da concessão é preciso ter habilidade para analisar cada risco separadamente.

Para Silva (2013), o risco de uma operação pode ser classificado em quatro grupos que são: risco do cliente, risco da operação, risco de concentração e risco da administração do crédito.

O risco do cliente é referente ao tomador e decorrente de suas características, ou seja, se o tomador não cumprir com sua promessa de pagamento, significa que isso ocorreu por fatores associados a ele mesmo como caráter, capacidade administrativa, capital, entre outros fatores.

O risco da operação é referente às características próprias do empréstimo ou financiamento, relacionadas com a finalidade e natureza do tipo de linha que envolve o produto, o montante, o prazo, a forma de pagamento, as garantias e o

preço. “Cada um desses componentes tem sua potencialidade de risco”. (SILVA, 2013, p. 60).

Risco de concentração consiste em gerenciar e decidir por conceder ou não determinado limite ou crédito para o cliente, que deve estar relacionado ao risco e retorno que se espera em relação ao negócio. Essa análise do risco da operação consiste na natureza e garantia que envolve a operação. “Uma administração estratégica de crédito requer uma política adequada de diversificação da carteira de recebíveis”. (SILVA, 2013, p. 61).

E por fim, o risco da administração do crédito que está relacionado à capacidade e também ao comprometimento do banco em avaliar o risco do cliente corretamente. O profissional responsável pela negociação tem um papel fundamental relativo aos índices de inadimplência da carteira de crédito, pois é sua responsabilidade diversificar a carteira e passar todas as informações do cliente e da operação corretas para que o profissional preparado possa avaliar, decidir, efetivando assim a aprovação do crédito. “A estrutura de crédito do banco deve ser dotada das diversas unidades especializadas na coleta, na organização, no armazenamento, na análise e no uso das informações sobre clientes atuais e potenciais”. (SILVA, 2013, p. 61).

As instituições devem analisar todos os fatores de risco do cliente, da operação, de concentração, e cuidar da administração do crédito para mitigar os riscos de cada operação se protegendo assim de prejuízos. Para essa mitigação é possível usar de garantias reais como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, avalista, entre outros.

### 3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A metodologia do estudo busca analisar como é o gerenciamento da política de risco de crédito da instituição financeira em análise, e prever quantas operações são classificadas corretamente e ficam adimplentes e quantas que por má avaliação do risco ficam inadimplentes. Essa estimativa será feita com base na classificação do risco de cada operação antes da concessão e no desempenho de pagamento da operação.

De acordo com Silva (2008, p. 13), “entende-se metodologia como o estudo de método para se buscar determinado conhecimento”. Segundo Gil (2007, p. 17), “a pesquisa é um procedimento racional e sistemático, que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Neste capítulo são abordados os aspectos metodológicos do presente estudo, dentre os quais o delineamento da pesquisa, as técnicas de coleta de dados, as técnicas de análise dos dados, será definida a unidade de pesquisa e as limitações.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa é aplicada com o objetivo de adquirir conhecimento para aplicação na instituição financeira XYZ. Vergara (2007, p. 47) caracteriza a pesquisa aplicada da seguinte forma:

A pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos, ou não. Tem, portanto, finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador e situada, sobretudo no nível da especulação.

O caso em questão apresenta as características apontadas por Vergara, como sendo uma pesquisa aplicada, pois tem como objetivo a análise de uma situação concreta, no intuito de identificar como a política de risco de crédito da instituição é assertiva na concessão de crédito.

Silva (2008, p. 30) assim classifica a pesquisa qualitativa:

A utilização da expressão investigação qualitativa nos remonta ao entendimento de estratégias de investigação que partilham determinadas características, tais como: as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, porém se estudam os fenômenos em toda sua complexidade.

A pesquisa desenvolvida é qualitativa, sendo que são estudadas as variáveis de risco de crédito e os fenômenos decorrentes delas. No que se refere à forma de abordagem do problema, a presente pesquisa, apesar de apurar valores numéricos como valor das operações, dias para pagamento, classificação do risco, a partir dos dados coletados, classifica-se como qualitativa. Isto porque visa analisar de forma aprofundada uma situação específica aplicável a uma determinada instituição durante determinado período de tempo, para identificar quanto a instituição é assertiva em sua análise de crédito.

Este estudo qualitativo é utilizado na sua fase exploratória no momento da coleta de dados. Na opinião de Lakatos e Marconi (2001, p. 77), “[...] os estudos exploratórios colaboram para desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura, para modificar e clarificar conceitos.”

Através da realização de pesquisas mais profundas de caráter exploratório, o estudo busca explorar a complexidade do gerenciamento de risco da política e investigar as variáveis determinantes do risco.

Martins (2012) relata que o estudo de caso é uma pesquisa que tem por objetivo estudar uma unidade de análise de forma profunda e intensa. O estudo busca reunir dados através de observação participante, entrevistas, análise de conteúdo, coleta de dados secundários, com a finalidade de aprender a situação total e descrever o caso concreto em sua totalidade. O estudo tem um enfoque exploratório e busca identificar todas as dimensões presentes na situação específica.

Portanto, para a pesquisa do trabalho será utilizada a pesquisa aplicada com o método qualitativo de caráter exploratório, através de um estudo de caso utilizando estratégia de estudo de campo e entrevistas para coleta de dados.

### 3.2 DEFINIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE

Conforme citado anteriormente, a instituição financeira XYZ, em análise, é um banco comercial situado na região serrana do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Boa Vista do Sul e localiza-se próximo a vários concorrentes. Para o estudo será avaliada a carteira de concessão de crédito do ano de 2013, a classificação de risco das operações e o prazo de pagamento das mesmas.

Ressalta-se que, no capítulo quatro da apresentação e análise dos dados, quando forem citados, no texto, os termos: Cooperativa ou Sicredi, os mesmos possuem o conceito equivalente ao de instituição financeira.

No Quadro 1, abaixo, apresentam-se os entrevistados que contribuirão para análise do estudo com a opinião sobre a classificação de risco das operações de crédito e o comportamento de adimplência ou inadimplência das mesmas.

Quadro 1 – Entrevistas

| <b>Entrevistada (o)</b> | <b>Cargo que exerce</b>           | <b>Data da entrevista</b> | <b>Duração</b> |
|-------------------------|-----------------------------------|---------------------------|----------------|
| Elisângela              | Gerente Unidade Atendimento       | 23/06/2014                | 40 min         |
| Roberta                 | Gerente Administrativa Financeira | 19/06/2014                | 50 min         |
| André                   | Assistente de Negócios            | 19/06/2014                | 1 hora         |
| Daniela                 | Gerente de Risco de Crédito       | 17/06/2014                | 1 hora         |
| Djeniffer               | Analista de Crédito               | 23/06/2014                | 45 min         |
| Cristina                | Gerente de Recuperação de Crédito | 17/06/2014                | 40 min         |
| Paula                   | Analista de Crédito               | 23/06/2014                | 45 min         |

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

### 3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para Vergara (2007, p. 54), na apresentação do plano de coleta de dados “deve ser informado como se pretende obter os dados que precisa para responder ao problema”.

Referente às entrevistas, Martins e Lintz (2013, p. 42) definem:

Trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador.

Silva (2008, p. 63) afirma: “uma entrevista pode ter como objetivo averiguar fatos ou fenômenos; a sua eficácia passa pela competência e preparo do entrevistador”.

Conforme as definições dos autores citados, a coleta de dados, para a parte prática do trabalho, é realizada com base em pesquisas primárias através de entrevistas semiestruturadas com as Analistas de Crédito da Instituição Financeira XYZ que são a Jheniffer e a Paula, também com a Gerente Comercial Elisângela e a Gerente Financeira Roberta da Unidade de Atendimento, situada em Boa Vista do Sul.

Martins e Lintz (2013, p. 32) definem: “o pesquisador-observador torna-se parte integrante de uma estrutura social, e na relação face a face com os sujeitos da pesquisa realiza a coleta de dados e informações”. A observação participante também foi utilizada neste trabalho uma vez que a pesquisadora trabalha na instituição financeira XYZ. Fazendo parte da estrutura social, pode coletar assim dados e informações.

Como fonte secundária utilizou-se relatórios e memorandos da instituição para obtenção de dados das operações de crédito em análise, os quais informam a quantidade de operações liberadas no ano de 2013 e a respectiva classificação do risco de cada operação. Após foi avaliado outro relatório dessas mesmas operações para ver quantas foram adimplentes e quantas inadimplentes. Para as inadimplentes desenvolveu-se uma entrevista com as pessoas envolvidas na análise de crédito para saber os critérios avaliados na proposta de crédito, e prever quais os itens que foram mal avaliados classificando assim uma operação de crédito como boa e no futuro ela ser inadimplente.



### 3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Silva (2008, apud BARDIN, 1995, p. 42) afirma que a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

A análise de dados do estudo é a análise de conteúdo, sendo que descreve as informações vindas da coleta de dados através de entrevistas, observação e análise de relatórios, identificando conhecimento relativo às variáveis do risco de crédito das operações.

Conforme Martins e Lintz (2012), a análise de conteúdo é composta por três etapas, sendo que a primeira é a pré-análise, onde é organizado o material e são definidos os procedimentos que se deve seguir; a segunda etapa é a exploração do material, ou seja, são implementados os procedimentos onde os documentos são submetidos a um estudo profundo, e a terceira etapa é o tratamento dos dados e interpretação inferencial, a qual faz a reflexão baseada nos materiais de informação estabelecendo as relações do contexto num todo e fazendo interpretações.

Silva (2008, p. 67) relata: “a análise de conteúdo é um método que, na maioria dos seus resultados é subjetivo, contudo poderá ser empregado em situação formalizada, sem rigor padronizado”, pois os objetos de mensuração da análise de conteúdo representam as manifestações não verbais e não orais da ação humana.

A análise de dados será de conteúdo baseada no apoio do referencial teórico, nos dados coletados através das entrevistas, compilando as informações investigadas e fazendo interpretação do estudo de caso da instituição financeira XYZ.

### 3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

De acordo com Vergara (2007, p. 61), “todo método tem possibilidade e limitações”. As entrevistas do estudo ficam limitadas à escolha de alguns

profissionais da área de análise de crédito, pois é impossível entrevistar todos os analistas e gerentes desta área.

Outra limitação seria a de que, talvez, falhas do entrevistador na habilidade de entrevista poderão influenciar nas respostas dos entrevistados, não transmitindo assim confiança para que eles exponham seus pensamentos reais, o entrevistador poderá obter respostas evasivas. (VERGARA, 2007).

Roesch (1999) diz que o método fica exposto à limitação de, talvez, os entrevistados não terem o entendimento correto das questões, falta de interesse em responder as questões e, talvez, apresentarem respostas que não condizem com a realidade.

O trabalho possui como limitação do método utilizado no desenvolvimento da presente pesquisa o fato de que se trata do estudo de um único caso, ou seja, se restringe a avaliação do gerenciamento da política de risco de crédito de uma única instituição financeira, não sendo possível estender as conclusões a que se chegou a outros casos.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo é composto pela apresentação e análise de dados, portanto será apresentada a empresa XYZ, destacadas as principais variáveis de controle da política de crédito, descrita a carteira de concessão de crédito de clientes adimplentes e inadimplentes, evidenciadas as variáveis significativas para o controle de risco de crédito, após será relatada a assertividade do processo, e por fim é feita a análise geral dando sugestões para o caso.

### 4.1 A EMPRESA XYZ

A instituição financeira XYZ foi fundada em 1980. É um banco comercial situado na região Serrana do Estado do Rio Grande do Sul, possui como missão valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos clientes.

A área comercial possui como foco importante a oferta de crédito aos seus clientes, visto que possui vários concorrentes precisa avaliar e classificar os riscos das operações de crédito corretamente para evitar prejuízos, bem como precificar de forma adequada e não perder mercado de atuação para outros bancos concorrentes.

O trabalho apresenta um estudo com informações da base de dados de 80% das operações de crédito efetivadas nos últimos 12 meses, e irá fazer uma análise para obter o resultado de quanto essa instituição está sendo assertiva na classificação do risco de crédito que faz mediante as demandas de seus clientes. Portanto, para avaliar o processo de análise de risco da Instituição Financeira XYZ será selecionada uma amostra dentre todas as operações da carteira de concessão de crédito do ano de 2013, verificado qual o risco que cada uma foi classificada e o prazo de pagamento.

Para a parte prática da avaliação dos riscos e sua assertividade serão elencados os principais pontos destacados através das entrevistas semiestruturadas com as Analistas de Crédito, Gerentes de Crédito, e demais envolvidos na análise.

## 4.2 PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE CONTROLE DA POLÍTICA DE CRÉDITO

A Política de Crédito da Instituição XYZ estabelece todas as variáveis que devem ser analisadas para concessão de uma operação de crédito delimitando assim as exposições ao risco de crédito.

A instituição em análise observa o princípio da equidade atendendo a CO 306511, BCS de 26/09/2011 e a lei cooperativista 5.764/71, e define que a forma da precificação das operações de crédito será através da metodologia de score, a qual contempla critérios para a definição da pontuação através de itens quantitativos do caráter, capacidade de pagamento e capital dos envolvidos na operação de crédito.

A classificação por score enquadra a precificação da operação em “A”, “B”, “C”, “D” e “ALTO RISCO”, sendo o score “A” a classificação de menor risco. Com base nesta metodologia, fica a Diretoria Executiva autorizada a gerenciar os critérios contidos nesta metodologia, a qualquer momento, conforme estratégia da cooperativa. Esta decisão deverá ser formalizada em ata.

Os subitens avaliados dentro do caráter, capacidade de pagamento e capital dos envolvidos na operação de crédito, seguem conforme Figura 3 abaixo:

Figura 3 – Itens avaliados para classificação do risco de crédito

| Caráter   | Capacidade de Pagamento   | Capital   |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>* Ocorrência de Restritivos (todos os envolvidos na operação + grupo econômico);</li> <li>* Ocorrência de Devolução de Cheques (internos);</li> <li>* Situação do CPF - Receita Federal;</li> <li>* Tempo de conta com o Sicredi e/ou com o Mercado;</li> <li>* Tempo de Operação no Mercado/Atividade Econômica;</li> <li>* Setor de Atuação x Risco de Mercado;</li> <li>* Pontualidade de Pagamento junto ao Sicredi;</li> <li>* Pontualidade de Pagamento junto ao Mercado;</li> <li>* Grau de risco sugerido pelo Crédito via Canais;</li> <li>* Atraso/vencidos no SCR (Bacen);</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>* Nível de comprometimento mensal das dívidas frente aos rendimentos/faturamento mensais;</li> <li>* Tempo de atividade/vínculo empregatício;</li> <li>* Informalidade de Faturamento;</li> <li>* Grau de Alavancagem do Faturamento x SCR de Curto Prazo;</li> <li>* Concentração de Faturamento (Clientes);</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>* Quantidade de imóveis do Tomador e situação;</li> <li>* Garantia real (cobertura/liquidez) e avalista (consistência patrimonial e rendimentos);</li> </ul> |

Fonte: Política Interna de Crédito da Instituição (2013, p.12)

A autora do trabalho, através de observação participante, coletou que na Política de Risco de Crédito da Instituição são avaliados os seguintes aspectos para a determinação dos graus de risco da pessoa física ou jurídica:

- a) situação econômico-financeira: avalia aspectos relacionados diretamente à saúde financeira do associado;
- b) grau de endividamento: pondera o grau de comprometimento do associado com o pagamento de dívidas;
- c) capacidade de geração de resultados: busca analisar a viabilidade econômica da atividade do associado;
- d) fluxo de caixa: busca avaliar a capacidade do associado se auto sustentar, ou seja, sua capacidade de gerar recursos cíclicos;
- e) administração e qualidade de controles: busca avaliar a capacidade do associado gerir sua vida financeira ou, no caso de empresas, a capacidade de sua administração;
- f) pontualidade e atraso nos pagamentos: avalia o comportamento histórico do associado em outras operações de crédito;
- g) contingências: busca avaliar a fragilidade do associado frente a contingências mercadológicas ou operacionais;
- h) setor de atividade econômica: pondera, no risco do associado, o risco típico do mercado em que atua;
- i) limite de crédito: avalia a adequação dos limites concedidos à capacidade do associado;
- j) patrimônio e renda: itens importantes na avaliação de pessoas físicas. (REGULAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO DA INSTITUIÇÃO, 2013, p. 9).

A avaliação de cada operação e seu risco seguem todos os critérios estabelecidos na Política de Risco de Crédito da instituição XYZ, porém tem evidências que mostram que em algum momento esses itens falham quanto a sua veracidade e importância, pois operações que são classificadas no risco “A”, ou seja, menor risco, em alguns casos também ficam inadimplentes. No próximo capítulo apresenta-se a parte desses clientes com risco baixo, mas inadimplentes.

#### 4.3 VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS PARA O CONTROLE DE RISCO DE CRÉDITO

A Política Interna de Crédito da instituição XYZ (2013, p. 7) apresenta que as variáveis de controle aceitas para fins de análise de crédito são:

- 1. Das comprovações de rendimento formal (PF):
  - Folha de pagamento;
  - Benefício do INSS;
  - Pró-Labore;
  - Declaração do Imposto de Renda; e
  - Relatório Analítico de notas fiscais de produtor rural.

2. Das comprovações para aderência de rendimento informal (PF):
  - Extratos bancários de no mínimo os 3 últimos meses;
  - Relação de cobrança/custódia liquidados de no mínimo os 3 últimos meses;
  - Cálculo da renda projetada, com cópia da (s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) para PF Rural (considerar área de/com produtividade);
  - Cálculo da renda projetada;
  - Cadastro vitícola;
  - Comprovante de empresas integradas;
  - Contrato de locação e arrendamento;
  - Conhecimento de frete;
  - Pagamento de GPS;
  - Contas de custo fixo pagas no mês (água, luz, telefone, bloquitos em nome do associado);
  - Cópia de faturas/limites disponibilizados em outras IFs;
  - Poderá ser aceito como rendimentos informais, o valor constante na tabela de referência, de acordo com a atividade exercida pelo associado;
  - Declaração de próprio punho (boa fé) do associado, contendo a atividade exercida e renda percebida. Esta declaração válida somente para as seguintes atividades: PF autônoma que não possuem vínculo trabalhista formal, não compreendida aqui a atividade de representação comercial e empresário com patrimônio e renda compatível.

Para estes casos é obrigatória a realização de uma visita registrada em relatório de visitas específico, a fim de avaliar se a atividade econômica do correntista é de origem legal, se a renda declarada condiz com a atividade exercida, e o patrimônio declarado corresponde com o observado. É importante a avaliação pontual a fim de apurar se a atividade econômica do correntista é de origem legal, se a renda informada condiz com a atividade exercida e o patrimônio declarado corresponde com o observado.

Referente às pessoas jurídicas, a Política Interna de Crédito da instituição XYZ (2013, p. 9) define que as comprovações possíveis de aceitação serão as seguintes:

1. Das comprovações de faturamento formal (PJ):
  - Relação de faturamento tributável pelo fisco, atualizada dos últimos 12 meses.
2. Das comprovações de faturamento informal (PJ):
  - Para fins de comprovação do faturamento informal, será exigido a estruturação da Declaração de Bens, Direitos, Dívidas e Resultados, assinado pelo respectivo proprietário da PJ (Balanço Ditado);
  - Para fins de aderência a Declaração de Bens, Direitos, Dívidas e Resultados, são necessários:
    - a) relatório de visita do GNPJ; ou,
    - b) extratos Bancários; ou,
    - c) relação de cobrança/custódia liquidados; ou,
    - d) relação de faturamento gerencial/informal; ou,
    - e) estoque ou livro-caixa, ou,

- f) relação de bens em nome da PJ e/ou sócios/avalistas com valor de mercado; ou,
  - g) contrato de locação; ou,
  - h) para PJ a margem líquida máxima permitida no Balanço Ditado, será conforme a tabela de referência setorial.
3. Da aceitação de rendimento/faturamento informal para capacidade de pagamento PF/PJ:
- A instituição admite para fins de cálculo de capacidade de pagamento informalidade aderida em sua totalidade conforme item 6 e sub itens.
  - Para associado/grupo econômico com comprometimento na Instituição acima de R\$ 200 mil, além da aderência conforme item seis e subitens deverão ser atendidos cumulativamente os critérios abaixo:
- a) PF: Score SERASA maior de 650 pontos; Experiência no ramo/Carteira assinada de no mínimo um ano; Movimentação financeira no mercado de no mínimo 36 meses (conta desde); Com patrimônio declarado/comprovado do associado e/ou grupo econômico compatível com o endividamento no SCR;
  - b) PJ: Prinatad (PJ) menor de 6,50%; Com mais de 5 anos de constituição ou sócios com experiência no ramo; Movimentação financeira no mercado de no mínimo 36 meses (conta desde); Com patrimônio declarado/comprovado do associado e/ou grupo econômico compatível com o endividamento no SCR.

Ainda possui um critério especial que aceitará em substituição a 01 (um) dos critérios eventualmente não atendidos, dos antes elencados, que a operação de crédito conte com garantia real hipotecária em 1º grau, ou alienação fiduciária; com cobertura mínima de 200% do valor liberado/financiado, ou seja, se não atendidos cumulativamente os critérios elencados acima, a instituição aceitará para fins do cálculo de capacidade de pagamento, para esta faixa de comprometimento, até 30% de informalidade sobre o faturamento formal. Para associado/grupo econômico com comprometimento de até R\$ 200 mil, será aceito operações com análise de risco qualitativo em “D” (10,00%); para valores superiores, a análise qualitativa de risco não poderá exceder o nível “C” (3,00%).

#### 4. Garantia de avalista:

- É facultativa a vinculação de avalista, para operações de crédito até o valor de R\$ 10 mil, para associados com perfil de risco A, B e C, exceto PJ, desde que em concordâncias às políticas e taxas. Fica dispensada a vinculação de avalista quando a linha de crédito permitir, constando esta observação em tabela de taxas.
- Toda a operação para com PJ deverá contar com aval que apresente consistência patrimonial/rendimentos compatíveis com os créditos pelo qual avaliza. Para aquelas empresas que possuem Procurador (com funções de movimentar conta – avaliar poderes conforme procuração) não integrante do quadro societário, orienta-se a inclusão deste como avalista também.
- Os Dirigentes, Diretores, Conselheiros e Colaboradores somente poderão ser coobrigados/fiadores/avalistas de operações de crédito para associados que façam parte de seu grupo familiar ou econômico, não sendo permitido aos demais associados.

#### 5. Garantia Real.

Quadro 2 – Tipos de garantia

| TIPOS DE GARANTIA   | % DE COBERTURA MÍNIMA INDICADA   |
|---|--|
| Alienação fiduciária de bens móveis ou imóveis.             | Veículos automotores: 110%<br>Imóveis: 125%  |
| Hipoteca de bens móveis e imóveis.                          | 125%   |
| Penhor de direitos de crédito.                              | Aplicação financeira vinculada e crédito de contrato de prestação de serviço: 100% |
| Penhor de títulos de crédito.                               | Duplicatas, NPs (notas promissórias), e cheques: 100%                              |
| Penhor mercantil, industrial e rural – agrícola e pecuária. | Veículos automotores: 110%   |

Fonte: Política Interna de Crédito da Instituição (2013)

#### 4.4 CARTEIRA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO DE CLIENTES ADIMPLENTES E INADIMPLENTES

A instituição financeira XYZ fornece crédito aos seus clientes, subdividido em várias linhas que são: limite de cheque especial, limite de cartão de crédito, linhas de crédito geral, linhas de crédito rural, e também linhas de recursos repassados do BNDES. A unidade em análise possui sua carteira de crédito composta conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Composição da carteira de crédito

| Valor Liberado   | Risco | Quantidade de operações Adimplentes | Quantidade de operações Inadimplentes | Total de operações | Adimplência (%) | Inadimplência (%) |
|------------------|-------|-------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|-----------------|-------------------|
| R\$ 1.231.355,25 | A     | 98                                  | 6                                     | 104                | 94,23           | 5,77              |
| R\$ 2.538.123,88 | B     | 46                                  | 14                                    | 60                 | 76,67           | 23,33             |
| R\$ 1.057.488,88 | C     | 12                                  | 1                                     | 13                 | 93,31           | 7,69              |
| R\$ 230.495,93   | D     | 6                                   | 4                                     | 10                 | 60              | 40                |

Fonte: Elaborada pela autora (2014)

Conforme a Tabela 5, através de um estudo de crédito baseado em relatórios internos e observação participante da autora do trabalho, destaca-se que as operações liberadas possuem classes de riscos diferentes que variam de “A” a “D”, conforme classificação e regras previstas em sua Política de Crédito.



A amostra contempla 80% das operações liberadas entre 01 de janeiro de 2013 até 01 de janeiro de 2014. O total de crédito liberado somando todas as linhas e riscos diferentes foi de R\$ 5.057.463,94, desse montante as operações de risco “A” representam R\$ 1.231.355,25, as de risco “B” representam R\$ 2.538.123,88, as de risco “C” representam R\$ 1.057.488,88 e as de risco “D” representam R\$ 230.495,93.

As operações de risco “A” totalizam 104 operações, sendo que 98 foram adimplentes e 6 ficaram inadimplentes. Já as de risco “B” somam um total de 60, sendo 46 adimplentes e 14 inadimplentes, enquanto que as operações de risco “C” representam um número bem menor sendo o total de 13, onde 12 são adimplentes e somente 1 inadimplente. Por fim, as operações de risco “D” que são as menos representativas somando 10, porém as que mais representam inadimplência, onde 6 são adimplentes e 4 são inadimplentes.

Em percentual, as operações de risco “A” adimplentes representam 94,23% e as inadimplentes 5,27% do total liberado, já as operações de risco “B” adimplentes representam 76,67% e as inadimplentes 23,33%. As operações de risco “C” adimplentes representam 92,31% e as inadimplentes 7,69%, entretanto as de risco “D” possuem uma adimplência de 60% e inadimplência de 40%.

Analisando os percentuais é possível ver que as operações de risco “D” são as que possuem maior percentual de erro, ficando em 1 lugar com 40% de inadimplência, em 2 lugar vem as de risco “B” com 23,33% de inadimplência, em 3 lugar as operações de risco “C” com 7,69% de inadimplência e em último lugar as de risco “A” com 5,27% de inadimplência.

Portanto os riscos de algumas operações possuem um índice de perda maior do que o estabelecido pelo Banco Central, o que demonstra que os fatores que determinam a classificação do risco em algumas situações falham. Através das entrevistas e observação participante será evidenciado que falhas seriam essas que levam as operações a serem classificadas no risco inadequado gerando assim inadimplência de crédito.

#### 4.5 ASSERTIVIDADE DO PROCESSO

O capítulo tem como objetivo analisar as características, variáveis positivas e negativas na assertividade de análise do risco das operações e principais

dificuldades de análise do crédito, através dos dados obtidos nas entrevistas. Será feito uma análise global das informações relatando o que é mais importante para assertividade do processo.

Os entrevistados são pessoas que trabalham diretamente com análise de crédito, sendo que a Daniela é a gerente administrativa financeira da central, a Cristina é gerente de recuperação de crédito na mesma central, enquanto Djeniffer e Paula são analistas de crédito. Já a Elisângela e Roberta são gerente geral e gerente administrativa financeira respectivamente, em unidade de atendimento. O André faz atendimento direto aos clientes efetuando o preenchimento do risco e das operações que após passam pelo Comitê da Unidade e em seguida no Comitê da Superintendência Regional.

Conforme relatado na composição da carteira de crédito, em todas as operações liberadas que são classificadas no risco de “A” a “D”, possuem um percentual de assertividade e também um percentual de inadimplência que podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6 – Assertividade e inadimplência das operações

| <b>Classificação de risco</b> | <b>Provisão determinada pelo BCB (%)</b> | <b>Adimplência (%)</b> | <b>Inadimplência (%)</b> |
|-------------------------------|--|------------------------|--------------------------|
| <b>A</b>                      | 0,5                                      | 94,23                  | 5,77                     |
| <b>B</b>                      | 1  | 76,67                  | 23,33                    |
| <b>C</b>                      | 3  | 93,31                  | 7,69                     |
| <b>D</b>                      | 10                                       | 60                     | 40                       |

Fonte: Elaborada pela autora (2014)

As operações que mais possuem assertividade no processo são as classificadas no risco “A” e “C” pela análise dos créditos liberados no último ano. Conforme o percentual, essas possuem significativo índice de assertividade.

Deve-se considerar que um percentual de inadimplência é aceitável visto que existe risco de mercado diariamente. Podem ocorrer mudanças pessoais na vida financeira ocasionando, assim, uma inadimplência que antes não era considerada para análise do crédito. De maneira geral a Instituição XYZ analisa e classifica corretamente os riscos, possuindo baixo índice de falhas.

Através das entrevistas e observação participante, a pesquisadora constatou que a Instituição Financeira XYZ é assertiva na análise de risco de crédito das operações pelos seguintes motivos:

- Segue a regulamentação do BACEN (Resolução 2682);
- Faz uma análise de todas as informações do cliente tomador;
- Utiliza-se de uma ferramenta para análise que avalia a capacidade de pagamento, patrimônio, endividamento do associado e o qualifica quanto ao grau de risco que determinada operação representa;
- A instituição é assertiva nas análises porque vem apresentando um índice de inadimplência cada vez mais baixo comparando com o histórico das outras Instituições Financeiras.

As variáveis consideradas mais importantes para a correta avaliação e pontuação do risco de crédito de uma operação são: capacidade de pagamento, rendas x despesas reais, garantias vinculadas – tanto reais quanto de avalistas, patrimônio, endividamento, e atividade x setor de atuação, histórico de movimentação com a própria instituição e também com as concorrentes.

A seguir são identificados os fatores que podem levar uma operação classificada em risco baixo como “A” ficar inadimplente, ou seja, as falhas de assertividade em algumas operações:

- Ressalta-se que a classificação do risco tem como base documentos que, se estiverem desatualizados ou não refletirem a realidade do associado, podem impactar numa análise/classificação incorreta.
- Pode ocorrer o chamado risco de mercado que, sendo fator externo, pode afetar uma análise/classificação a qualquer momento.
- A aceitação da renda informal pode levar ao erro, pois como a renda informal tem facilidade de ser manipulada, às vezes o risco da operação não seria classificado 100% corretamente.
- Às vezes as rendas e receitas comprovadas pelo cliente não condizem com a realidade.
- Risco da oscilação do setor x atividade x renda da pessoa tomadora de crédito.

É possível concluir que, em alguns casos, não seria exatamente uma falha de classificação, mas sim uma mudança de mercado. Dependendo do ramo de

atividade que o tomador desempenha pode levá-lo a enfrentar certas dificuldades financeiras por algum período ou algum motivo pessoal como doença, perda de emprego, que seriam variáveis não consideradas na determinação do risco. Em seu depoimento, a gerente Elisângela explica: *“eu penso que a maioria dessas inadimplências ocorre devido a mudanças que ocorrem com a rotina financeira dos associados, que pode ser por diversas causas como de perda de emprego, problemas com familiares, doença, entre outros”*.

Na opinião dos entrevistados, todos os itens avaliados na pontuação de score da proposta de crédito são importantes e contribuem muito para a assertividade do processo, pois refletem itens quantitativos e qualitativos com relação ao tomador, sendo sua capacidade de pagamento, situação patrimonial, as condições de garantias e histórico de adimplência, informações que se referem à condição financeira do tomador de crédito.

Pode-se verificar esta situação na fala da entrevistada Daniela que afirma: *“entendo que todos são importantes, pois refletem itens quantitativos e qualitativos com relação ao associado – sua capacidade de pagamento e amparo patrimonial e também as condições de garantias vinculadas”*.

A aceitação da informalidade dos rendimentos, em alguns casos, se faz necessária porque em determinados setores realmente existe, mas deve ser destacado que ela só pode ser aceita se analisada de forma extremamente correta, levando em consideração, para a aceitação, extratos bancários de outras instituições, visitas na propriedade, avaliação de patrimônio, ou seja, fatores que comprovem boa parte dessa informalidade. As visitas dos Gerentes de Negócios garantem maior aderência da informalidade atribuída a renda do associado em seu cadastro, pois, conhecendo a atividade, como esta funciona e também o tomador em si, tem-se um bom termômetro para este tipo de situação e tomada de decisão. Conforme destaca Elisângela em sua entrevista: *“a visita serve para conhecer melhor o patrimônio que o associado conseguiu compor através da sua atividade, entender um pouco da sua atividade, entender se o associado realmente conhece e administra da melhor maneira as suas atividades e na visita se aproveita para tirar possíveis dúvidas”*.

As operações classificadas nos riscos “B” e “D”, por sua vez, possuem um índice maior de inadimplência sendo que, nas operações liberadas no último ano, uma média de 23,33% ficou inadimplente e as de risco “D” tiveram 40% de

inadimplência. Cabe destacar que essa inadimplência não significa que os créditos foram provisionados, ou seja, não pagos, mas que houve atrasos no pagamento dessas operações.

Os fatores que podem levar as operações de risco baixo, como “B”, a ficarem inadimplentes foram destacados anteriormente na inadimplência de “A”, e também ficam evidentes na fala da Daniela: *“com certeza é possível operações de risco baixo ficarem inadimplentes, pois ressalta-se que a classificação tem como base documentos que, se estiverem desatualizados ou não refletirem a realidade do associado, podem impactar numa análise/classificação. Pode também ocorrer o chamado risco de mercado, que sendo fator externo pode afetar uma análise/classificação a qualquer momento”*. Portanto, nessas operações de risco “B”, que ficaram inadimplentes, ocorreu a falta de exatidão dos documentos analisados na hora da concessão do crédito ou então o risco de mercado devido a fatores externos.

O risco “D”, considerado o pior risco aceitável numa operação, realmente possui um elevado índice de inadimplência, ou seja, 40% da totalidade das operações liberadas nesse enquadramento de risco. O BCB determina um índice de provisão de 10%, o que significa que a instituição em análise está com um percentual de inadimplência bem maior, mas mesmo assim fica abaixo do que ocorre no mercado financeiro. Trata-se de poucas operações que são liberadas nesse risco, por isso também de a grande representatividade em percentual de inadimplentes.

De uma maneira geral, poucas operações ficam inadimplentes. Alguns fatores podem ser decisivos para a adimplência de uma operação de crédito, da mesma forma que uma operação classificada com maior risco “D” talvez nunca fique inadimplente. Todo o negócio possui certo grau de risco de mercado/fatores externos, ou alguma falha na comprovação de renda informal, análise das informações e condições do tomador. A instituição em análise possui a maior parte de suas operações enquadradas no risco correto, alto índice de adimplência e poucas falhas em sua análise de crédito.

#### 4.6 ANÁLISE GERAL E SUGESTÕES PARA O CASO

A instituição financeira XYZ é assertiva na classificação de risco de crédito das operações conforme comprovado na amostra de dados e entrevistas feitas. Seu índice de inadimplência é muito menor que o apresentado pelo mercado financeiro.

Os fatores que mais influenciam na inadimplência, constatados, tratam de fatores externos e de mercado. A instituição poderia avaliar e incluir um peso na pontuação de score referente a probabilidade de oscilação do mercado de atuação do tomador, e também de suas condições como saúde e emprego que podem mudar no decorrer do tempo da operação e talvez venham alterar sua capacidade de pagamento. Esse contexto aparece na fala do André quando diz que as causas ou erros que levam ao risco não ser tão assertivo são: *“má análise de documentos ou os documentos não dizem a realidade e o risco de mercado, inevitável, que vai estar acompanhando sempre as operações de crédito”*.

Outra melhoria que poderia ser implantada para diminuir os riscos das operações seria a obrigatoriedade de avalista, com consistência patrimonial e capacidade de pagamento para honrar a dívida do tomador, caso ele não cumpra com suas obrigações, em todas as operações de crédito, sendo que o avalista agrega numa operação na medida em que apresenta condições complementares de solvência de uma operação de crédito, e até mesmo conforme fala a Elisângela: *“porque em alguns casos as pessoas priorizam o pagamento onde envolve uma terceira pessoa para evitar desentendimentos e até mesmo esconder de outras pessoas a sua real situação financeira”*. Portanto, esses são os fatores que às vezes influenciam para que uma operação fique inadimplente e podem ser mitigados. Roberta complementa: *“se o avalista for pessoa idônea e com capacidade de pagamento e patrimônio para honrar a dívida do tomador, com certeza diminuem os riscos da operação de crédito”*.

Quadro 3 – Fatores do risco de crédito

| <b>Fatores que são utilizados para mensuração do risco:</b> | <b>Possíveis fatores que distorcem o risco de uma operação:</b>          | <b>Sugestão de mudanças nos fatores considerados:</b>  |
|---|--|--|
| Capacidade pagamento.<br>Histórico de movimentação.         | Análise baseada em documentos desatualizados.                            | Fazer uma análise mais criteriosa dos documentos que comprovam capacidade de pagamento.  |
| Patrimônio.   | Risco de mudanças no mercado.  | Ponderar na pontuação do risco fatores externos que podem afetar a adimplência da operação.  |
| Endividamento do tomador.                                   | Risco de aceitar rendimentos informais que não condizem com a realidade. | Aceitar rendimentos informais somente com comprovação de extratos de outras instituições e com visita do gerente para verificar a informalidade. |
| Garantias: avalista, garantias reais.                       | Riscos de mudança por motivo de saúde ou emprego do tomador.             | Exigir obrigatoriedade de avalista idôneo com capacidade de pagamento em todas as operações.   |

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

No Quadro 3 acima foram elencados os fatores que são utilizados atualmente pela instituição para mensurar o risco de uma proposta de crédito. Após a análise e amostragem de dados foram destacados possíveis fatores que causam a inadimplência de algumas operações, e foram sugeridas mudanças que poderiam ser feitas na análise do risco para diminuir ainda mais a inadimplência de crédito, conforme está descrito nas variáveis acima.

## 5 CONCLUSÃO

Silva (2013) destaca a importância que as empresas e instituições financeiras devem dar ao gerenciamento e análise de uma operação, pois o crédito possui um papel fundamental na economia do país. As instituições são as principais intermediadoras das operações de crédito, sendo que elas captam os recursos de clientes que são superavitários e emprestam a clientes deficitários. Para que essa transação seja segura e não leve a grandes prejuízos, a mesma deve ter pessoas qualificadas e ferramentas de análise de score de crédito eficientes que mitigam os riscos de uma futura inadimplência.

Este estudo do gerenciamento da política de risco de crédito de uma instituição financeira buscou analisar e entender se a mesma é assertiva nas variáveis de sua política, concedendo operações de crédito que ficam, em sua maioria, adimplentes ou inadimplentes, e também evidenciando as causas dos comportamentos da instituição localizada na região serrana do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Boa Vista do Sul. Procurou-se explorar o comportamento da carteira de crédito x sua classificação de risco x suas ações fazendo um filtro e análise dos principais fatores que influenciam na adimplência ou inadimplência de uma operação de crédito.

Para a parte prática do trabalho foram elencadas as variáveis de controle de risco da política de crédito da instituição, onde foi possível descrever os itens avaliados que são: caráter, capacidade de pagamento e capital dos envolvidos na operação de crédito. Para tanto foi examinado como é avaliada a capacidade de pagamento, o que é permitido considerar como comprovações financeiras, quais os dados do tomador que são levados em conta para análise, os bens que o mesmo possui em seu nome, as garantias exigidas como avalista ou garantia real e seus respectivos limites.

O estudo avaliou a carteira de concessão de crédito de clientes adimplentes e inadimplentes, onde destacou todas as linhas de crédito que são liberadas, a quantidade em valores liberados de cada linha no ano de 2013, a classificação de risco de cada uma dessas operações e o histórico de pagamento das mesmas concluindo, através da análise, que algumas ficam inadimplentes.

Após verificar a assertividade do processo, analisar a composição e histórico de pagamento da carteira de crédito constatou-se que ocorrem algumas falhas na



classificação das operações que ficam inadimplentes. Portanto, buscou-se evidenciar quais são os fatores que levam à classificação do risco inadequado, sendo que essa análise foi feita por observação participante da autora e também foram realizadas entrevistas com pessoas que trabalham diretamente com análise de crédito, sendo elas: a gerente administrativa financeira da Central, a gerente de recuperação de crédito na mesma central, as analistas de crédito, a gerente geral e gerente administrativa financeira, respectivamente, em unidade de atendimento, e também funcionário que faz atendimento direto aos clientes efetuando o preenchimento do risco e das operações. Os entrevistados e a autora do trabalho concluíram que os principais fatores que levam à inadimplência de crédito são relacionados com a má avaliação de documentos que comprovam a renda do tomador, fatores de risco de mercado e de saúde ou emprego que não estão sendo considerados para análise de crédito.

Ao evidenciar os possíveis fatores que distorcem a classificação do risco de algumas operações foram sugeridas mudanças para maior assertividade do processo, propondo a implantação de pontuação no score referente a risco externo de mercado, riscos pessoais como perda de emprego, doença, além de passar a implantar na política a obrigatoriedade de avalista idôneo em todas as operações garantindo assim a maior pontualidade e comprometimento de honrar com as obrigações, tanto por parte do tomador como do avalista, além de adequar-se para fazer uma análise mais criteriosa dos documentos que comprovam a capacidade de pagamento. Dessa forma foram alcançados todos os objetivos específicos do estudo na instituição XYZ.

Através do estudo foi possível concluir que a instituição é assertiva na análise de concessão de crédito. Os resultados obtidos na amostra comprovam que a grande maioria das operações são classificadas corretamente ficando adimplentes. Possuem um percentual baixo de inadimplência, que pode ser ainda menor se adotadas algumas novas variáveis na política de pontuação do score de crédito, visto que as variáveis que causam inadimplência foram visualizadas pelos entrevistados e pela observação participante da autora, que após foram elencadas como sugestão de melhoria. Para a instituição, o estudo colaborou com novos pontos que podem ser considerados na Política de Risco de Crédito a fim de mitigar cada vez mais os riscos de inadimplência, visto que o crédito é o maior foco

comercial de atuação e precisa ser concedido de maneira assertiva para não dar prejuízos futuros à instituição XYZ.

Para a autora do trabalho o estudo foi muito importante, pois permitiu aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de MBA Controladoria e Finanças numa situação prática, onde analisou a instituição XYZ num segmento específico que foi o de crédito. Toda essa avaliação proporcionou um conhecimento, habilidade e também poder de decisão para a autora destacar o que é mais importante numa análise de crédito, quais os fatores que são necessários avaliar para aprovar ou não uma operação. Portanto, o estudo de análise de crédito alcançou todos os objetivos previstos, além de proporcionar o conhecimento prático e os principais itens a serem seguidos para uma boa análise e decisão de um gestor.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elaine Aparecida. **Risco de crédito**: desenvolvimento de modelo *Credit Scoring* para a gestão da inadimplência de uma instituição de microcrédito. São João Del Rei, Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/premios/premios-1/premios-realizados/pasta-premio-ipea-caixa/premio-ipea-caixa-2006/profissionais/tema-3/2-lugar-tema-3-profissionais>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares; SILVA, Wendel Alex Castro. **Cooperativas de crédito**: a evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiros. Contextus. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 9, n 1, jan/jun 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2682**, de 21 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1999&numero=2682>> Acesso em: 24 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução 3.721, de 30 de abril de 2009**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2009&numero=3721>> Acesso em: 26 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>> Acesso em: 26 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Boletim do Banco Central. **Relatório Anual de 2013**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 26 mar.2014.

BIANCHI, Márcia. **A Controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa e de redução dos conflitos de interesse entre principal e agente**. São Leopoldo, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/dcca/Download/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20MarciaBianchi.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BLATT, A. **Avaliação de risco e decisão de crédito**: um enfoque prático. São Paulo: Nobel, 1999.

BORATTI, Joel Ivo. **Tomada de decisão em relação ao crédito em uma instituição financeira**: um estudo de caso do Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8097/000310753.pdf?sequence>> Acesso em: 18 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm)> Acesso em: 09 maio 2014.

CAOQUETTE, J.; ALTMAN, E.; NARAYANAN, P. **Gestão do Risco de Crédito: o próximo grande desafio financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FONSECA, Romeiro Vinicius Carlos. Pesquisador do Centro de Pesquisas do INEPAD – Núcleo CEPEFIN. **Carta de conjuntura 21 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas**. Grupo de Análise e Previsões. (dez .2007). Rio de Janeiro: Ipea. Dimac, 2007. Disponível em: <[http://inepad.org.br/site/arquivos-cientificos/Topicos-Especiais-em-Financas/Estudo-Revisado-Credito-em-relacao-ao-PIB\\_28.10.pdf](http://inepad.org.br/site/arquivos-cientificos/Topicos-Especiais-em-Financas/Estudo-Revisado-Credito-em-relacao-ao-PIB_28.10.pdf)> Acesso em: 25 abr. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Carta de Conjuntura**. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/130926\\_carta\\_conjuntura\\_20\\_preliminar.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/130926_carta_conjuntura_20_preliminar.pdf)> Acesso em: 28 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Moeda e crédito**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/cc20\\_moedaecredito.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/cc20_moedaecredito.pdf)> Acesso em: 28 jun. 2014.

JAYME JUNIOR, Frederico G.; CROCCO, Marco (Org.). **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **O cooperativismo de crédito: ontem, hoje e amanhã**. Brasília, DF: Confedbrás, 2012.

MINUSSI, João A. **Modelo preditivo de solvência utilizando regressão logística**. 2001. Dissertação de Mestrado (Departamento de Administração – Centro de Ciências Econômicas). PUC-RIO-UNISINOS: São Leopoldo, 2001.

PALMUTI, Claudio Silva; PICCHIAI, Djair. **Revista Economia Ensaios**. Uberlândia (MG), 26 (2), p. 7-22, Jan./Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/14808/12192>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

PINHEIRO, Antonio Marques Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro\\_cooperativas\\_credito.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf)>. Acesso em: 09 maio 2014.

PRADO, Blastos; DUARTE JR. **Gerenciamento de riscos de crédito em bancos de varejo no Brasil**. Portal brasileiro de tecnologia em risco, 2000. Disponível em: <[www.risktech.com.br](http://www.risktech.com.br)>. Acesso em: 25 maio 2014.

PULGA, Fernando Pimentel. **Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Rio de Janeiro: março, 1999.

RELATÓRIO ANUAL SICREDI SERRANA, RS. 2013. **Resolução 3.106, de 25 de junho de 2003**. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res\\_3106\\_v5\\_P.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3106_v5_P.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2014.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do Século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito**. São Paulo: Atlas, 1994.

SERASA EXPERIAN. **Medidas estatísticas da capacidade preditiva de modelos de classificação em credit scoring**. Abril, 2009.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed. Revista e ampliada. Brasília: 2008. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro\\_microfinancas\\_internet.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinancas_internet.pdf). Acesso em: 18 jun. 2014.

SOUZA, Valquíria Santana de. **Perfil do gestor financeiro das microempresas do ramo de lavanderias de jeans em Goiânia**. Goiânia, maio/2012. Disponível em: <<http://www.ipog.edu.br/nao-aluno/revista-ipog/download/perfil-do-gestor-financeiro-das-microempresas-do-ramo-de-lavanderias-de-jeans-em-goiania>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VILELA, Dirley Lemos; NAGANO, Marcelo Seido; MERLO, Edgard Monforte.  
**Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural.**  
RAC, 2. ed. Especial 2007: 99-120.

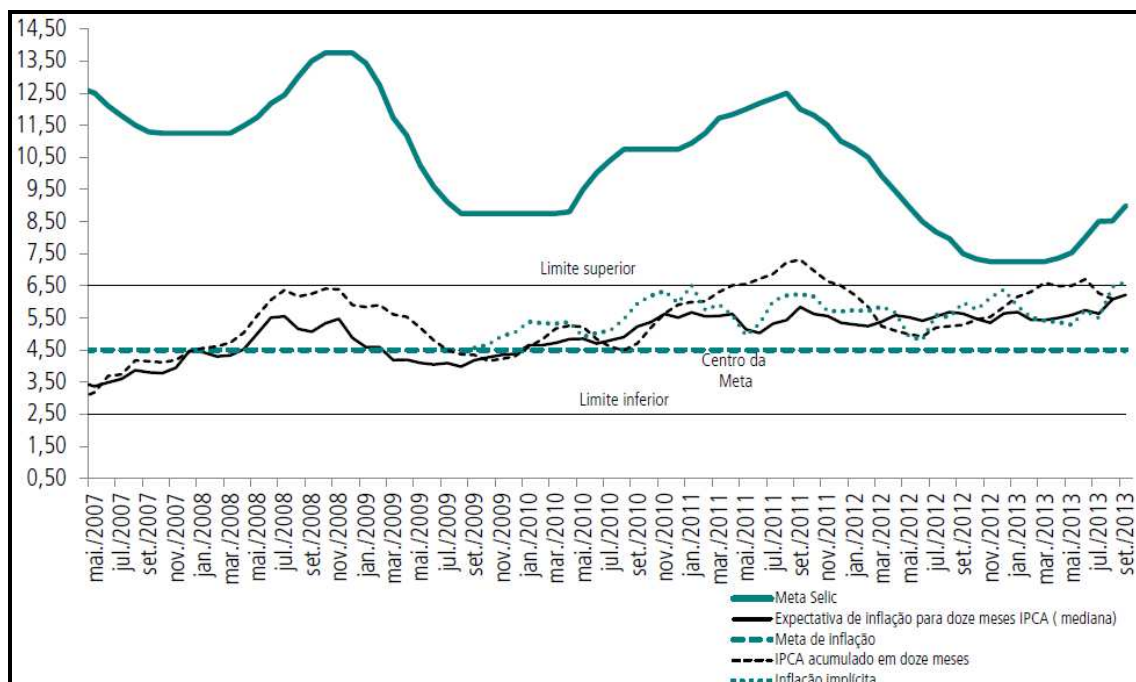
XYZ. Área Administrativa Financeira. Comitê Gestão do Crédito e Fontes. **Políticas Internas de Crédito.** Versão 8. ed. Abr, 2013. Disponível: Acesso em estudo interno.

\_\_\_\_\_. Área Responsável: Políticas e Projetos de Crédito e Risco. **Regulamento da Classificação de Risco de Crédito.** Versão: Abr, 2013. Disponível: Acesso em estudo interno.



**ANEXO B – META SELIC, META DE INFLAÇÃO, IPCA ACUMULADO EM DOZE MESES E EXPECTATIVA DE INFLAÇÃO PARA DOZE MESES (MAIO/2007 - SET. 2013)**

(Em % a.a)

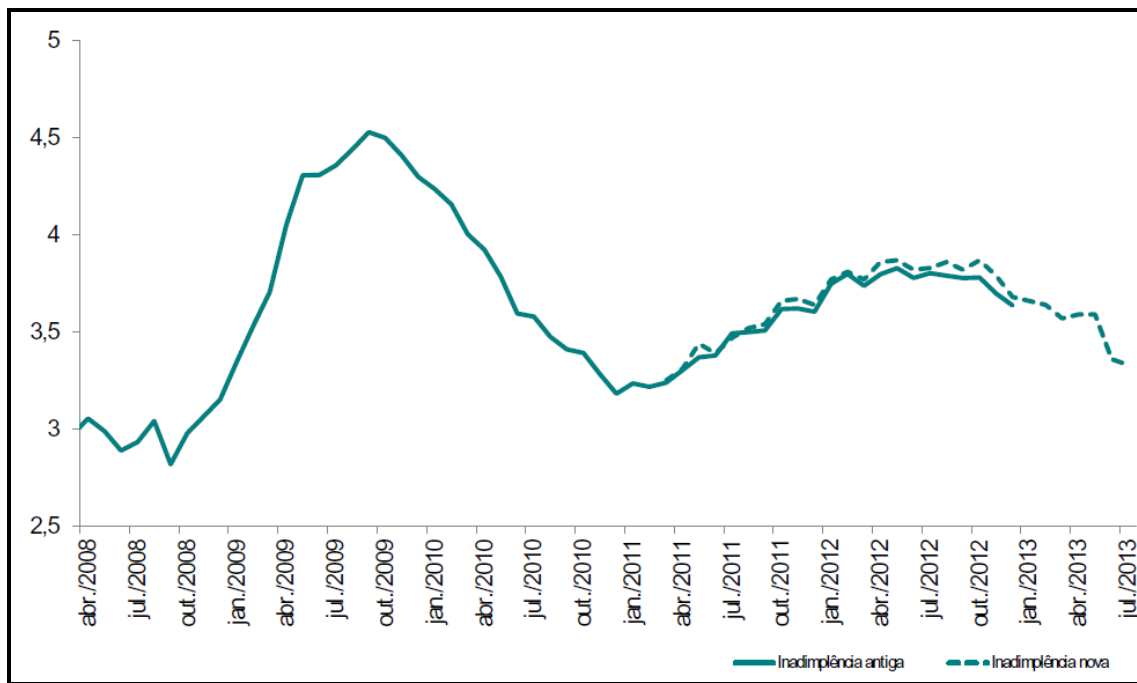


Fonte: Carta de Conjuntura – IPEA (2013, p. 53)



### ANEXO C – TAXA DE INADIMPLÊNCIA DO SFN – SÉRIE NOVA E SÉRIE ANTIGA (ABR/2008 – JUL/2013)

(Em % a.a)



Fonte: Carta de Conjuntura – IPEA (2013, p. 55)